

Auditoria de manejo florestal realizada
por:



Estrada Chico Mendes, 185 – Caixa
Postal 411 Piracicaba, SP, Brasil,
13400.970
Tel: +55 19 3429 0800
www.imaflora.org

Resumo Público de **Auditoria Anual 2019** do Manejo Florestal da:

Suzano Papel e Celulose S/A - Unidade Mucuri Em Mucuri - BA

Data do resumo público:	22 de janeiro de 2019
Relatório finalizado:	21 de dezembro de 2018
Data de auditoria de campo:	22 a 26 de outubro de 2018
Equipe de auditoria:	Maureen Voitlaender André Silveira Rosa Clarissa Magalhães Fábio Zanirato Marco Mantovani
Coordenador de processo:	Ricardo Camargo Cardoso
Código de certificação:	IMA-MF-0001
Emissão do certificado:	06 de maio de 2015
Vencimento do certificado:	05 de maio de 2020
Contato do empreendimento:	Pollianne Dionor Schwabe
Endereço do empreendimento:	Rodovia BR 101, km 945,4, Mucuri, BA, Brasil, CEP 45930-000
Responsável pelo Manejo Florestal	Pollianne Dionor Schwabe
Contato do Responsável pelo Manejo Florestal	polliannes@suzano.com.br

CONTEÚDO

SIGLAS E ABREVIATÓES	3
1. INTRODUÇÃO	5
2. MUDANÇAS NA GESTÃO FLORESTAL DO EMF	5
3. PROCESSO DE AUDITORIA	12
3.1. AUDITORES E QUALIFICAÇÕES	12
3.2. CRONOGRAMA DE AUDITORIA DE CAMPO	13
3.3. DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DE AUDITORIA	15
4. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS	17
4.1. ANÁLISE DE CONFORMIDADE DA DOCUMENTAÇÃO	17
4.2. TÓPICOS SOBRE PARTES INTERESSADAS	17
4.3. CUMPRIMENTO DE RELATÓRIOS DE NÃO CONFORMIDADES ANTERIORES (NCRs)	23
4.4. SEGUIMENTOS DE NÃO CONFORMIDADES ANTERIORES	26
4.5. DESCRIÇÃO DE NOVAS NÃO CONFORMIDADES ENCONTRADAS (NCRs)	26
4.6. OBSERVAÇÕES	28
4.7. CONCLUSÕES DE AUDITORIA	29
ANEXO I – Escopo do EMF	31
ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas	32
ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal	39

SIGLAS E ABREVIações

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APP	Área de Preservação Permanente
BA	Bahia
BO	Boletim de Ocorrência
BR	Brasil
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CEFIR	Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais da Bahia
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CITES	Convenção Internacional sobre o Comércio de Fauna e Flora em Perigo de Extinção
COC	Cadeia de custódia (<i>Chain of Custody</i>)
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
DANFE	Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
DDS	Diálogo Diário de Segurança
EMF	Empreendimento de Manejo Florestal
EPI	Equipamento de Proteção Individual
EPS	Empresa Prestadora de Serviços
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FISPQ	Fichas de Informações de Segurança de Produtos Químicos
FM	Manejo Florestal (<i>Forest Management</i>)
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IEMA	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo
IMAFLORA	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
IMA	Incremento Médio Anual
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ITR	Imposto Territorial Rural
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MG	Minas gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NA ou N/A	Não Aplicável
NCR	Relatório de Não Conformidade
NR 31	Norma Regulamentadora 31
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PCCF	Programa Cooperativo de Certificação Florestal

PCMSO	Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
P&C	Princípios e Critérios
PROTEF	Programa de Proteção Florestal
PPRA	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
RL	Reserva Legal
S/A	Sociedade Anônima
SAF	Sistema Agroflorestal
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente da Bahia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESMET	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho
SSO	Saúde e Segurança Ocupacional
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UMF	Unidade de Manejo Florestal
UNFBA	Unidade Florestal da Bahia
UP	Unidade de Produção
USP	Universidade de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

O propósito deste processo de auditoria de monitoramento anual foi analisar a manutenção do desempenho ambiental, social e econômico do manejo florestal da Suzano Papel e Celulose S/A – Unidade Mucuri, de forma a assegurar o atendimento dos requisitos do padrão ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais ao longo do período de validade da certificação. Além deste objetivo principal, esta auditoria visou também:

- Uma análise das ações tomadas para resolver as não conformidades identificadas durante a auditoria anterior;
- O tratamento de eventuais reclamações;
- A verificação da eficácia do sistema de gestão com respeito ao alcance dos objetivos do cliente certificado;
- O progresso de atividades planejadas visando à melhoria contínua;
- O contínuo controle operacional;
- A análise de quaisquer mudanças; e
- O uso de marcas e/ou quaisquer outras referências à certificação.

Este relatório apresenta os resultados dessa auditoria independente conduzida por uma equipe de especialistas representantes do Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola).

A seção 4 deste relatório descreve as evidências e conclusões da auditoria relacionadas ao atendimento às normas da ABNT NBR 14789:2012 e às ações de seguimento solicitadas por meio das não conformidades identificadas.

O Imaflora é um organismo acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE) segundo a ISO 17021:2011 como Organismo de Certificação Florestal (OCF). Os serviços de auditoria e certificação do Imaflora, que compreendem planejamento de auditorias, avaliações e decisões de certificação e manutenção de certificação, são de responsabilidade do mesmo, não existindo a subcontratação de nenhuma etapa.

Os relatórios de auditoria do Imaflora incluem informações que se tornarão públicas.

Resolução de conflitos: organizações ou indivíduos com considerações ou comentários sobre o Imaflora e seus serviços são fortemente encorajados a contatar diretamente o Imaflora (qualidade@imaflora.org). Reclamações ou considerações formais devem ser enviadas por escrito.

2. MUDANÇAS NA GESTÃO FLORESTAL DO EMF

Em relação ao escopo de certificação, duas fazendas apresentaram erros de contabilização e diversas outras tiveram suas áreas ajustadas pelo georreferenciamento (correções inferiores a 100,00 ha). A correção mais significativa foi verificada nas fazendas Brasília (Carlos Chagas) de 7.566,07 ha para 8.157,27 ha de área total (aumento de 591,20 ha) e Itapuã – Ondurman (Nanuque) de 286,80 ha para 680,37 ha de área total. Novas áreas foram incorporadas ao escopo de certificação, totalizando 3.319,83 ha de área total. Foram retiradas UPs que

abrangem 361,71 ha (desde a última auditoria), representando 0,15% da área da organização (Consulta Pública de 23 de agosto de 2018).

As tabelas a seguir descrevem e detalham o uso do solo nas áreas que compõem o atual escopo do certificado:

Áreas incluídas no escopo do certificado desde a última auditoria:

Fazenda	Município	Áreas (ha)				Titulação
		Total	Área de Produção	Remanescentes *	Outras Áreas **	
Fazenda das Garças	Carlos Chagas	752,80	179,55	552,46	20,79	Arrendamento
Jasmim Branco	Mucuri	326,38	239,32	73,95	13,11	Arrendamento
Rainha do Sul	Mucuri	1.542,86	986,11	500,84	55,91	Arrendamento
Santa Helena	Nanuque	439,09	439,09	0	0	Arrendamento
Sempre Viva	Caravelas	212,99	95,86	108,27	8,86	Arrendamento
TOTAL	—	3.274,12	1.939,93	1.235,52	98,67	—

* Áreas com vegetação natural remanescente já estabelecida, destinada exclusivamente a conservação e áreas em processo de recuperação, áreas degradadas (jazidas, erosões, etc.) e outras áreas destinadas à conservação e que ainda dependem de ações para restauração e/ou recuperação;

** Outras áreas: estradas, construções, cultivos agrícolas etc.

Áreas excluídas do escopo de certificação desde a última auditoria:

Fazenda	UP	Município	Área (ha)
Bloco 47	15F - 017	Mucuri	12,30
Bloco 47	15F - 024	Mucuri	22,50
Bloco 47	15F - 026	Mucuri	15,40
Bloco 56 UM	15 D - 015	Mucuri	24,20
Bloco 09	13C - 004	Caravelas	1,00
Bloco 05	11D 063	Caravelas	63,42
Bloco 52 AL	11B 008	Alcobaça	40,59
Bloco 52 AL	11B 011	Alcobaça	139,91
Bloco 52 AL	11B 039	Alcobaça	3,30
Santa Helena I	21B 159	Conceição da Barra	6,49
Santa Helena I	21B 160	Conceição da Barra	14,52
Bloco 14Frd	22B 111	São Mateus	13,00
Bloco G9	21B 271	Conceição da Barra	5,08
Total	-	-	361,71

Áreas atuais no escopo de certificação (2018):

Fazenda	Município	Áreas (ha)			
		Total	Área de Produção	Remanescentes *	Outras Áreas **
Água Vermelha	MUCURI	1.317,06	768,70	511,58	36,78
Alegria E Martinica Do Norte	MUCURI	478,73	169,97	262,64	46,12
Amaralina - MU	MUCURI	335,58	159,09	163,90	12,59
Bandeirante	NOVA VIÇOSA	475,31	355,84	99,52	19,95
Bela Vista - TF	TEIXEIRA DE FREITAS	185,98	116,79	61,67	7,52
Bloco 01	ALCOBAÇA	2.366,51	1.463,52	800,70	102,29
Bloco 02	CARAVELAS	6.104,58	3.339,30	2.548,34	216,94
Bloco 03	ALCOBAÇA	136,02	99,95	31,53	4,54
Bloco 04	CARAVELAS	1.636,30	918,63	626,83	90,84
Bloco 05	CARAVELAS	9.702,75	4.979,01	4.393,57	330,17
Bloco 06	CARAVELAS	254,02	140,91	99,04	14,07
Bloco 07	CARAVELAS	147,58	115,50	25,79	6,29
Bloco 09	CARAVELAS	12.731,04	6.301,77	6.059,36	369,91
Bloco 10 Frd	SÃO MATEUS	10.810,66	6.889,40	3.467,66	453,60
Bloco 11 Frd	SÃO MATEUS	382,80	232,37	132,07	18,36
Bloco 13	CARAVELAS	239,10	144,82	84,71	9,57
Bloco 13 Acz	MUCURI	310,22	182,64	118,27	9,31
Bloco 13 Frd	SÃO MATEUS	632,37	264,15	128,60	239,62
Bloco 14	CARAVELAS	125,38	95,51	25,35	4,52
Bloco 14 Frd	SÃO MATEUS	2.173,73	1.478,06	578,35	117,32
Bloco 15	CARAVELAS	260,50	194,20	51,49	14,81
Bloco 15 Frd	CONCEIÇÃO DA BARRA	1.839,25	1.239,67	371,60	227,98
Bloco 16	TEIXEIRA DE FREITAS	51,53	11,94	21,87	17,72
Bloco 16 Acz	MUCURI	32,73	17,75	12,91	2,07
Bloco 16 Frd	CONCEIÇÃO DA BARRA	370,64	257,50	87,20	25,94
Bloco 17	CARAVELAS	3.555,81	2.104,35	1.305,72	145,74
Bloco 17 Acz	MUCURI	181,35	96,67	77,23	7,45
Bloco 17 Frd	CONCEIÇÃO DA BARRA	200,91	134,40	58,47	8,04
Bloco 18 Frd	SÃO MATEUS	125,67	83,11	36,47	6,09
Bloco 19	TEIXEIRA DE FREITAS	267,76	147,69	105,63	14,44
Bloco 19 Frd	SÃO MATEUS	262,01	156,43	89,54	16,04
Bloco 20	TEIXEIRA DE FREITAS	703,47	446,63	219,81	37,03
Bloco 20 Frd	SÃO MATEUS	615,29	424,79	161,76	28,74
Bloco 21	CARAVELAS	1.137,78	702,65	390,22	44,91

Bloco 22	CARAVELAS	1.053,44	709,54	300,37	43,53
Bloco 22 Frd	SÃO MATEUS	297,65	245,48	41,61	10,56
Bloco 23	CARAVELAS	341,43	245,25	84,06	12,12
Bloco 24	CARAVELAS	427,32	281,91	131,29	14,12
Bloco 24 Frd	SÃO MATEUS	323,22	250,15	61,32	11,75
Bloco 25	CARAVELAS	3.114,48	1.803,44	1.199,22	111,82
Bloco 26	CARAVELAS	480,47	185,82	273,78	20,87
Bloco 26 Frd	SÃO MATEUS	153,40	108,34	37,15	7,91
Bloco 27	NOVA VIÇOSA	861,70	440,59	374,57	46,54
Bloco 28	NOVA VIÇOSA	102,49	67,95	28,43	6,11
Bloco 28 Frd	SÃO MATEUS	1.300,43	952,80	287,38	60,25
Bloco 29	NOVA VIÇOSA	101,65	69,37	26,78	5,50
Bloco 32	NOVA VIÇOSA	2.706,86	1.560,59	1.044,81	101,46
Bloco 34	NOVA VIÇOSA	7.447,75	4.580,63	2.578,27	288,85
Bloco 35	NOVA VIÇOSA	2.517,18	1.691,37	662,44	163,37
Bloco 37	NOVA VIÇOSA	3.770,10	2.342,07	1.222,54	205,49
Bloco 38	NOVA VIÇOSA	1.483,66	916,04	489,46	78,16
Bloco 39	NOVA VIÇOSA	2.064,70	1.318,36	640,32	106,02
Bloco 39 CB	CONCEIÇÃO DA BARRA	1.472,11	804,92	627,72	39,47
Bloco 40 CB	CONCEIÇÃO DA BARRA	293,50	179,79	102,69	11,02
Bloco 40 NV	NOVA VIÇOSA	341,07	195,55	134,78	10,74
Bloco 41 CA	IBIRAPUÃ	155,66	26,92	127,23	1,51
Bloco 41 CB	CONCEIÇÃO DA BARRA	1.084,26	738,43	307,77	38,06
Bloco 42 CB	CONCEIÇÃO DA BARRA	1.831,42	1.051,42	701,79	78,21
Bloco 42 MU	MUCURI	525,82	306,17	199,87	19,78
Bloco 43 CB	CONCEIÇÃO DA BARRA	1.026,71	563,11	426,20	37,40
Bloco 43 MU	MUCURI	1.837,72	1.303,80	448,97	84,95
Bloco 44 CB	PEDRO CANÁRIO	2.418,86	1.486,98	844,73	87,15
Bloco 44 MU	MUCURI	4.737,41	3.217,47	1.343,60	176,34
Bloco 46 AI	ALCOBAÇA	958,80	409,36	520,76	28,68
Bloco 46 PC	PEDRO CANÁRIO	796,33	438,38	328,25	29,70
Bloco 47	MUCURI	1.571,65	885,12	619,89	66,64
Bloco 48	ALCOBAÇA	1.280,51	737,31	504,68	38,52
Bloco 49 AI	ALCOBAÇA	511,87	282,03	207,55	22,29
Bloco 49 MU	MUCURI	1.540,34	1.015,88	459,87	64,59
Bloco 50 AI	ALCOBAÇA	293,96	99,10	179,01	15,85
Bloco 51 AI	ALCOBAÇA	2.085,19	1.018,08	1.006,12	60,99

Bloco 51 MU	MUCURI	6.638,55	4.341,89	2.020,86	275,80
Bloco 52 AI	ALCOBAÇA	1.404,01	-0,92	1.348,42	56,51
Bloco 52 MU	MUCURI	14,33	4,66	6,06	3,61
Bloco 54	MUCURI	554,44	366,34	166,46	21,64
Bloco 55 MU	MUCURI	142,92	108,31	30,02	4,59
Bloco 56	MUCURI	3.788,48	2.405,68	1.212,19	170,61
Bloco 57	MUCURI	1.259,84	599,12	605,72	55,00
Bloco G-10	SÃO MATEUS	207,85	120,57	81,09	6,19
Bloco G-11	CONCEIÇÃO DA BARRA	240,09	135,74	98,24	6,11
Bloco G-12	CONCEIÇÃO DA BARRA	308,57	181,32	108,05	19,20
Bloco G-2	CONCEIÇÃO DA BARRA	507,30	302,20	179,12	25,98
Bloco G-3	CONCEIÇÃO DA BARRA	515,31	215,73	287,52	12,06
Bloco G-7	CONCEIÇÃO DA BARRA	564,70	282,60	263,93	18,17
Bloco G-8	CONCEIÇÃO DA BARRA	1.033,97	575,83	410,72	47,42
Bloco G-9	CONCEIÇÃO DA BARRA	220,15	163,72	48,80	7,63
Boa Esperança	LAJEDÃO	268,39	181,02	78,91	8,46
Boa Esperança - SPC	CARAVELAS	394,75	291,49	88,52	14,74
Boa Nova - Pain	MEDEIROS NETO	392,54	204,63	169,19	18,72
Boa Vista - Pain	CARLOS CHAGAS	239,11	115,62	114,93	8,56
Bom Jesus	CARLOS CHAGAS	2.447,29	941,74	1.394,72	110,83
Bom Sossego - SPC	CARAVELAS	490,23	237,02	242,24	10,97
Brasília	CARLOS CHAGAS	8.157,27	3.008,21	4.844,66	304,40
Cajubi	NANUQUE	140,14	132,69	0,44	7,01
Campo Verde	NANUQUE	42,80	21,47	19,04	2,29
Campos Verdes - SPC	CARAVELAS	335,25	213,57	104,62	17,06
Céu Azul	TEIXEIRA DE FREITAS	975,94	596,76	311,55	67,63
Cinturão Verde	MUCURI	397,31	237,40	135,23	24,68
Conjunto Bela Vista - SPC	MUCURI	290,38	180,67	91,74	17,97
Conjunto Campo Verde	NANUQUE	248,01	115,38	112,57	20,06
Conjunto Canadá	NOVA VIÇOSA	2.477,79	1.683,04	693,92	100,83
Conjunto Monte Belo	CARAVELAS	3.985,45	2.915,98	953,65	115,82
Conjunto Paredes	MUCURI	682,89	216,73	449,58	16,58
Conquista Baiana - Pain	MEDEIROS NETO	56,50	18,24	34,96	3,30
Córrego Campo Grande	CONCEIÇÃO DA BARRA	82,47	53,19	25,85	3,43
Córrego Do Macaco	CONCEIÇÃO DA BARRA	1.602,41	1.225,32	311,60	65,49
Córrego Do Meio	MUCURI	203,55	162,29	36,13	5,13
Córrego Grande - SPC	CONCEIÇÃO DA BARRA	2.093,36	1.578,70	447,55	67,11
Córrego Jundiá	PINHEIROS	749,76	500,47	206,81	42,48

Cri Cri - Leonel	LAJEDÃO	541,66	281,63	225,61	34,42
Didiquesa	MUCURI	2.700,43	1.804,40	819,93	76,10
Dois Irmãos - Ondurman	NANUQUE	65,70	42,45	20,65	2,60
Duas Barras - SPC	NOVA VIÇOSA	378,00	272,45	92,77	12,78
Duquesa	MEDEIROS NETO	331,19	157,27	157,13	16,79
Estância Bom Jesus	TEIXEIRA DE FREITAS	346,32	155,45	172,54	18,33
Estância Corcovado	NOVA VIÇOSA	2.121,04	1.333,57	673,24	114,23
Estância São Gabriel	NANUQUE	346,60	328,96	0,12	17,52
Fábrica celulose (Mucuri)	MUCURI	9.448,83	5.507,05	2.973,84	967,94
Fazenda das Garças	CARLOS CHAGAS	753,27	179,55	552,46	21,26
Fazendinha	CARLOS CHAGAS	456,28	298,54	119,30	38,44
Felicidade Da Família	IBIRAPUÃ	154,28	71,56	69,97	12,75
Gameleira E Panela	MUCURI	1.428,16	957,77	423,43	46,96
Garrafa E Formiga	MUCURI	587,61	443,88	113,45	30,28
Girassol	CARLOS CHAGAS	838,64	456,94	319,38	62,32
Gruta Linda	CARAVELAS	99,84	67,95	29,38	2,51
Guanamby - Pain	MEDEIROS NETO	607,69	370,73	207,22	29,74
Horto Contra Erva	ALCOBAÇA	419,60	314,29	87,01	18,30
Horto Palhal	PRADO	8.306,23	5.443,65	2.541,53	321,05
Horto Sombra Da Tarde	ALCOBAÇA	1.316,42	794,75	473,35	48,32
Ibirapuera	NANUQUE	233,63	93,31	123,96	16,36
Imperial	NANUQUE	1.030,71	468,41	502,05	60,25
Itapuã - Ondurman	NANUQUE	680,37	429,37	226,73	24,27
Jasmim Branco	MUCURI	342,38	239,32	73,95	29,11
Lajedinho	LAJEDÃO	447,84	279,94	153,84	14,06
Laranjeira - SPC	CARAVELAS	178,41	133,39	41,67	3,35
Liberdade	NOVA VIÇOSA	101,79	62,01	31,71	8,07
Londrina	PEDRO CANÁRIO	231,62	165,64	54,91	11,07
Marleuza	CARAVELAS	320,20	178,45	130,67	11,08
Martinica	MUCURI	1.275,55	564,02	645,73	65,80
Modelo	CARAVELAS	292,54	168,15	115,14	9,25
Monte Das Oliveiras	CARAVELAS	512,88	351,79	143,80	17,29
Monte Líbano - Pain	CARLOS CHAGAS	791,18	298,27	470,65	22,26
Mucuripe - Ondurman	NANUQUE	104,15	52,83	49,08	2,24
Nova Holanda	NANUQUE	210,92	91,41	112,72	6,79
Nova Lima - Pain	CARLOS CHAGAS	401,40	190,20	195,43	15,77
Novo Lar	MUCURICI	359,11	191,88	139,49	27,74
Pampam	UMBURATIBA	2.481,01	1.311,30	1.054,45	115,26

Paraíso - SPC	MUCURI	107,72	67,71	32,32	7,69
Paris	IBIRAPUÃ	2.421,92	1.405,91	954,09	61,92
Pedra Azul I	NOVA VIÇOSA	963,27	625,21	299,58	38,48
Pedra Azul II	IBIRAPUÃ	668,17	423,34	226,90	17,93
Pedra Azul III	NOVA VIÇOSA	207,33	132,52	57,80	17,01
Pedra Azul IV	CARAVELAS	1.062,96	721,83	299,08	42,05
Pioneira - SPC	NOVA VIÇOSA	289,57	164,83	94,35	30,39
Pouso Alegre	MUCURI	559,59	380,14	152,87	26,58
Providência	MUCURI	136,27	77,97	43,72	14,58
Rainha do Sul	MUCURI	1.572,10	986,11	500,84	85,15
Reserva	NANUQUE	705,12	372,62	310,02	22,48
Riacho Doce - SPC	MUCURI	955,49	696,72	203,05	55,72
Riacho Fundo	IBIRAPUÃ	191,38	120,34	65,82	5,22
Rio Do Sul	MUCURI	2.474,46	1.560,05	838,48	75,93
Rio Preto	CONCEIÇÃO DA BARRA	773,41	351,26	407,93	14,22
Sabiá	MUCURI	144,33	122,82	14,68	6,83
Santa Helena	NANUQUE	412,70	412,70	0,00	0,00
Santa Helena I	CONCEIÇÃO DA BARRA	4.946,19	2.739,78	2.047,57	158,84
Santa Helena II	CONCEIÇÃO DA BARRA	156,94	99,91	52,01	5,02
Santa Maria - Pain	CARLOS CHAGAS	640,21	302,13	294,00	44,08
Santa Rita - SPC	CARAVELAS	2.658,60	1.698,99	841,10	118,51
Santo Antônio NA - Ondurman	NANUQUE	89,86	59,37	26,99	3,50
Santo Antônio-CA	CARAVELAS	108,11	63,04	40,77	4,30
Santo Antônio-CB	CONCEIÇÃO DA BARRA	294,73	173,95	104,17	16,61
São Judas Tadeu	LAJEDÃO	422,69	303,75	99,07	19,87
Sebastião E Mangabeira	MUCURICI	282,05	137,48	132,27	12,30
Sempre Viva	CARAVELAS	212,99	95,86	108,27	8,86
Sapucaeira	MUCURI	1.617,78	578,66	993,39	45,73
Sumaré	CARLOS CHAGAS	431,55	105,17	312,85	13,53
Taruman	NANUQUE	381,53	322,24	42,82	16,47
Tesouro	NANUQUE	243,09	125,40	94,15	23,54
Tio Patinhas	CARLOS CHAGAS	133,23	91,29	33,69	8,25
Três Irmãos	NANUQUE	196,55	178,41	0,00	18,14
TRES RIOS	CARAVELAS	3.386,28	2.012,03	1.264,90	109,35
Vereda Bonita	CARAVELAS	3.668,78	2.412,20	1.135,30	121,28
Vista Alegre CA	CARAVELAS	765,07	419,76	320,13	25,18
Vista Alegre CC	CARLOS CHAGAS	246,63	135,23	96,52	14,88
Vista Alegre II - Pain	CARLOS CHAGAS	1.273,67	677,93	535,85	59,89

Vista Alegre MU	MUCURI	83,25	50,25	27,66	5,34
TOTAL	—————	234.744,69	137.355,09	86.963,59	10.426,01

* Áreas com vegetação natural remanescente já estabelecida, destinada exclusivamente a conservação e áreas em processo de recuperação, áreas degradadas (jazidas, erosões, etc.) e outras áreas destinadas à conservação e que ainda dependem de ações para restauração e/ou recuperação;

** Outras áreas: estradas, construções, cultivos agrícolas etc.

3. PROCESSO DE AUDITORIA

3.1. Auditores e qualificações

a) Análise de conformidade da documentação

Nome do auditor	Maureen Voigtlaender	Atribuições do auditor	Auditora líder
Qualificações	Engenheira florestal, mestre e doutora em Recursos Florestais pela ESALQ/USP, com experiência nas áreas de conservação e silvicultura de ecossistemas florestais. Frequentou cursos internos de formação de auditores ministrados pelo Imaflora e formação de auditores ministrados pelo Imaflora, formação adicional em curso de ISO 14001:2004 (auditor líder) e Treinamento de Formação de Auditores e Equipe Interna Manejo Florestal Sustentável – CERFLOR.		

b) Auditoria de campo

Nome do auditor	Maureen Voigtlaender	Atribuições do auditor	Auditora líder
Qualificações	Engenheira florestal, mestre e doutora em Recursos Florestais pela ESALQ/USP, com experiência nas áreas de conservação e silvicultura de ecossistemas florestais. Frequentou cursos internos de formação de auditores ministrados pelo Imaflora e formação de auditores ministrados pelo Imaflora, formação adicional em curso de ISO 14001:2004 (auditor líder) e Treinamento de Formação de Auditores e Equipe Interna Manejo Florestal Sustentável – CERFLOR.		

Nome do auditor	André Silveira Rosa	Atribuições do auditor	Aspectos legais, ambientais e silviculturais
Qualificações	Engenheiro florestal com experiência em empresas de base florestal (plantações), mestre em Engenharia Ambiental, consultor do Imaflora/Rainforest Alliance em avaliações e auditorias de certificação. Possui formação adicional em curso sobre ISO 19.011 (Auditor Líder), cursos de atualização para auditores e formação de líderes FSC e CERFLOR pelo Imaflora e Treinamento de Formação de Auditores e Equipe Interna Manejo Florestal Sustentável – CERFLOR.		

Nome do auditor	Clarissa Magalhães	Atribuições do auditor	Aspectos Sociais
Qualificações	Doutora em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestre em Energia pela UFABC (Área Ambiente e Sociedade), SP. Antropóloga pela UNICAMP, SP. Consultora especialista em programas de apoio à implementação de gestão participativa e agendas socioambientais junto a instituições dos três setores, com larga experiência em planejamento e gestão de projetos. Experiência pregressa junto ao sindicalismo rural, tendo coordenado programa de		

	formação de dirigentes na Escola Sindical São Paulo. Já participou em mais de 35 processos de certificação florestal, especialmente de grandes empresas do país. Possui formação adicional em cursos de atualização para auditores FSC e CERFLOR pelo Imaflora.
--	---

Nome do auditor	Fábio Zanirato	Atribuições do auditor	Aspectos legais, ambientais e silviculturais
Qualificações	Engenheiro Florestal, especialista em Gerenciamento Ambiental com experiências voltadas a elaboração e execução de projetos socioambientais, na implantação de técnicas de adequação ambiental de propriedades e territórios tradicionais, implantação e execução de atividades voltadas à recuperação dos recursos hídricos e também na elaboração de projetos e acompanhamento de processos de licenciamento ambiental. Consultor do Imaflora em avaliações e auditorias de certificação FSC e CERFLOR, possui formação adicional em curso de ISO 14001:2004 (auditor líder).		

Nome do auditor	Marco Mantovani	Atribuições do auditor	Aspectos Sociais
Qualificações	Graduado em Ciências Políticas pela Universidade de Milão, com dissertação na disciplina de Geografia Política e Econômica. Tem especialização em Responsabilidade Ambiental das Empresas pela mesma universidade. Tem experiência plurianual, atuando como consultor para a área socioambiental, nas metodologias e no desenvolvimento de trabalho de engajamento de <i>stakeholders</i> , gestão para sustentabilidade e comunicação, focando, principalmente, em temáticas sociais. Além disso, atuou em processos de <i>due diligence</i> socioambientais fase 1. Fez treinamento como auditor social pelo Imaflora e foi estagiário no Grupo dos 77 na sede das Nações Unidas, em Nova York.		

3.2. Cronograma de auditoria de campo

Data	Localização / sítios principais	Principais atividades
22/10/2018	Escritório da Fábrica (Mucuri/BA)	- Reunião de abertura - Definição da logística de campo
23/10/2018	Gleba 21B Comunidade Água Preta (Conceição da Barra/ES)	- Entrevista com partes interessadas
	Gleba 15D (Costa Dourada/ES)	- Colheita florestal mecanizada - Área atingida por incêndio florestal (2 anos) - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros - Entrevista com trabalhadores próprios
	Gleba 21B (Conceição da Barra/ES)	- Herbicida manual - Controle de formiga - Carregamento de madeira - Conservação de remanescentes naturais

		<ul style="list-style-type: none"> - Conservação de estradas e aceiros - Entrevista com trabalhadores terceiros
	Gleba 21BII (Conceição da Barra/ES)	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Bloco 11F (Caravelas/BA)	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação de herbicida mecanizada - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros - Depósito temporário de químicos
	Bloco 13C (Caravelas/BA)	<ul style="list-style-type: none"> - Colheita mecanizada - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Bloco 13E (Nova Viçosa/BA)	<ul style="list-style-type: none"> - Área de restauração recente - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Bloco 13G (Nova Viçosa/BA)	<ul style="list-style-type: none"> - Malha viária - Colheita mecanizada - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Bloco 13H (Nova Viçosa/BA)	<ul style="list-style-type: none"> - Carregamento florestal - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Fazenda Brasília – 32C (Carlos Chagas/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação dos remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Fazenda das Garças (Carlos Chagas/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Nova área no escopo de certificação - Conservação dos remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Fazenda Imperial – 32B13 (Nanuque/MG)	<ul style="list-style-type: none"> - Preparo de solo especializado (Savanah) - Caminhão comboio mecânico - Condições de máquinas e equipamentos - Conservação dos remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	UP13C017 (Caravelas/BA)	<ul style="list-style-type: none"> - Coleta de pontas e galhos por associações comunitárias no período pós-colheita
	Comunidade Quilombola Volta Miúda (Caravelas/BA)	<ul style="list-style-type: none"> - Consulta às partes interessadas
	Comunidade Rio do Sul (Nova Viçosa/BA)	<ul style="list-style-type: none"> - Consulta às partes interessadas
	Comunidades Córrego Grande, Córrego do Jundiá (Conceição da Barra/ES)	<ul style="list-style-type: none"> - Consulta às partes interessadas

	Escritório Florestal (Mucuri/BA)	- Entrevistas com integrantes do Programa Rota de Sucesso
	Estabelecimento fora da fábrica (Itabatã/BA)	- Entrevistas com ex-integrantes do Programa Rota de Sucesso
24/10/2018	Projeto 25 (Caravelas/BA)	- Controle de formiga em área de restauração florestal (RL) - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros - Entrevista com trabalhadores terceiros
	Bloco 22B (São Mateus do Sul/ES)	- Adubação mecanizada - Conservação de remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Fazenda Jasmim Branco (Mucuri/BA)	- Nova área no escopo de certificação - Conservação dos remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Fazenda Rainha do Sul (Mucuri/BA)	- Nova área no escopo de certificação - Conservação dos remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Bloco 15B (Mucuri/BA)	- Controle mecânico de formigas - Condições de máquinas e equipamentos - Área de vivência - Transporte de trabalhadores - Conservação dos remanescentes naturais - Conservação de estradas e aceiros
	Ministério Público Federal (Teixeira de Freitas/BA)	- Consulta às partes interessadas
	Comunidades Nova Brasília, Cruzelândia (Mucuri/BA)	- Consulta às partes interessadas
25/10/2018	Escritório da Fábrica (Mucuri/BA)	- Análise documental
26/10/2018	Escritório da Fábrica (Mucuri/BA)	- Análise documental - Reunião de consolidação
Número total de pessoas-dia utilizadas na auditoria: 60. = número de auditores participando (05) multiplicado pela média de número de dias gastos na preparação, visita de campo, e acompanhamento pós-visita, incluindo consultas com partes interessadas (12).		

3.3. Descrição das etapas de auditoria

3.3.1. Análise de conformidade da documentação

Tem por objetivo realizar a análise da conformidade da documentação anteriormente enviada, em particular quanto a sua disponibilidade, organização e recuperação.

3.3.2. Auditoria de campo

A auditoria de campo é realizada nas dependências do empreendimento para analisar a manutenção do desempenho ambiental, social e econômico do manejo florestal do empreendimento de forma a assegurar o atendimento dos requisitos do padrão ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais ao longo do período de validade da certificação.

Durante a fase de avaliação de campo a equipe cumpriu as seguintes etapas:

- Análise de documentos do EMF – a documentação foi analisada para a obtenção de uma base de informações sobre o histórico recente, as atividades, o processo produtivo e detalhes sobre questões ambientais e sociais da operação florestal.
- Seleção de locais – juntamente com os responsáveis pelo manejo florestal a equipe revisou a documentação enviada pela empresa e, de posse dos mapas e das informações sobre as frentes de trabalho, selecionou os sítios a serem visitados. Priorizou-se a avaliação dos sítios com frentes de trabalho, buscando-se a amostragem de diferentes prestadores de serviços, situações topográficas e operações, amostrando-se adicionalmente outros aspectos como áreas de conservação e pesquisa, eventuais denúncias e documentação em escritório. A composição da amostragem e a decisão de visitas da equipe nas diferentes áreas considerou a distribuição regional das unidades de manejo.
- Consolidação parcial de equipe – no final de cada dia de trabalho foram efetuadas reuniões de equipe, presenciais ou por telefone, para análise dos dados observados, revisão de documentação (procedimentos de manejo florestal, políticas, plano de manejo etc.) e definição das atividades do dia seguinte.
- Discussão interna e apresentação preliminar dos resultados – após reunião da equipe para consolidação das principais constatações da avaliação, foi apresentado à direção da empresa um resumo dos pontos positivos e negativos observados, incluídos no relatório de avaliação.

3.3.3. Processo de consulta a partes interessadas

Durante a auditoria de monitoramento anual são conduzidas entrevistas com trabalhadores florestais e outras partes interessadas objetivando:

- Assegurar que o público esteja consciente e informado sobre o processo de avaliação de certificação e seus objetivos;
- Auxiliar a equipe de avaliação na identificação de tópicos potenciais; e
- Fornecer diferentes oportunidades ao público para discussão e participação no processo de levantamento de evidências.

3.3.4. Tratamento de não conformidades anteriores e identificação de novas não conformidades

Durante a semana de auditoria foram levantadas evidências para verificar as ações corretivas e preventivas implementadas para o atendimento de não conformidades aplicadas durante processos anteriores.

Caso sejam identificadas novas não conformidades durante esta auditoria, o empreendimento deverá definir e implementar ações corretivas e preventivas para seu atendimento, dentro dos prazos especificados.

4. EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA E RESULTADOS

4.1. Análise de conformidade da documentação

Foram analisados os seguintes documentos disponibilizados pelo empreendimento certificado:

- Reclamações recebidas pelo EMF de partes interessadas, ações tomadas, e encaminhamentos dados ao reclamante;
- Registros de acidentes de trabalho;
- Registros de treinamento;
- Planos operacionais anuais;
- Registros de inventário e colheita;
- Plano de manejo e resumo público;
- Procedimentos operacionais de silvicultura, colheita, construção e manutenção de estradas, cadeia de custódia, entre outros;
- Documentos relativos ao desempenho ambiental do empreendimento (matriz de aspectos e impactos, avaliação de AVCs, levantamentos de fauna e flora, caracterização de solos na UMF, etc.).

Aspectos de disponibilidade, organização e recuperação dos documentos examinados foram considerados adequados pelo auditor.

Com fundamento no exame efetuado, concluiu-se pela conformidade da documentação examinada.

4.2. Tópicos sobre partes interessadas

Durante o processo de consulta às partes interessadas, a equipe de auditoria recebeu comentários de trabalhadores e partes interessadas externas. Foram resumidos a seguir os principais itens identificados pela equipe de avaliação, descrevendo-se os encaminhamentos e eventuais resultados definidos pela equipe de auditoria.

Comentário 1 – Programa “Rota de Sucesso”.

O programa “Rota de Sucesso” transformou os motoristas em donos de empresas e foi criado para liberar a empresa do cumprimento de obrigações trabalhistas. A implantação do programa não propiciou qualquer opção alternativa aos trabalhadores para sustento de suas famílias. Os valores eram definidos e praticados pela Suzano sem concessões e o valor do frete não foi ajustado quando dos aumentos do preço do óleo diesel. O programa não se sustentou economicamente, pois muitos participantes se endividaram (principalmente com dívidas tributárias) e desistiram do programa, ficando sem condições de sustento.

Resposta Imaflora:

As equipes de coordenação do Imaflora e de auditoria de campo efetuaram extensa abordagem sobre o programa, incluindo a análise de diversas informações e documentos, entrevistas com

grupos de empresários que participaram ou ainda estão participando do projeto e entrevistas com os responsáveis na organização por sua implantação e administração. Durante essas análises, foram coletadas informações sobre os principais pontos levantados pelos integrantes e ex-integrantes do programa. Em especial, foram analisadas informações sobre: ações trabalhistas e civis em andamento, versando em especial sobre a questão da existência ou não de vínculo trabalhista entre a Organização e os motoristas; análise do desempenho dos participantes do programa durante seu transcurso; e verificação da composição de preços e reajustes praticada pela Organização.

Foram verificados os processos relacionados ao programa e respectivas situações atuais, abertos pelos motoristas desligados do programa contra a Organização. Segundo informações levantadas, na esfera trabalhista, de 157 ações abertas contra a Organização (interpostas por 96 pessoas), uma teve um julgamento favorável ao autor, tendo havido a interposição de recurso em segunda instância pela Organização. Na esfera civil, em cinco processos abertos contra a organização, envolvendo dez empresas ligadas ao programa, não houve ainda decisões favoráveis aos autores. A organização tentou negociar com os envolvidos, oferecendo uma compensação de R\$ 30.000,00, aceita somente por parte dos motoristas/empresas ainda atuantes como transportadores, sem processos em andamento. O número de processos em andamento é significativo. Os resultados até aqui observados, no entanto, não permitem antever uma tendência judicial sobre a questão de existência ou não de vínculos trabalhistas. A discussão do tema na justiça dificulta à certificadora antecipar as decisões a serem tomadas na esfera judicial.

A ausência de alternativas de sustento aos trabalhadores foi uma realidade quando do desligamento da Cooperativa que os mantinha anteriormente. A implantação do programa foi vista pela Organização, por outro lado, como uma forma de dar oportunidade de continuidade aos motoristas ante o encerramento das atividades da Cooperativa responsável pela sua contratação anterior, aparentemente motivado pela falta de condições de continuar administrando a atividade. Não foram levantadas evidências suficientes para o apontamento de não conformidades sobre o tema.

Com relação às dificuldades econômicas dos participantes do programa que se concretizaram com o encerramento do contrato com a organização por ausência de retorno positivo, a equipe de auditoria analisou o histórico do programa em relação ao desempenho financeiro dos participantes. Pelas informações coletadas, foi possível verificar que de um total de 66 empresas que iniciaram o programa, compostas de, em média, três motoristas cada, 24 (36%) encerraram o contrato denominado “Rota de Sucesso”. Destes, 9 pagaram sua dívida com a organização e em parte renovaram a prestação de serviços por meio de novo contrato. O restante (15 empresas, que equivalem a 23% do total dos participantes) encerrou a parceria com a organização e parou de operar por não conseguir se sustentar economicamente ou por não ter mais interesse na atividade. Entre os restantes, 34 (54%) continuam rodando, ainda associados ao programa “Rota de Sucesso” e 8 (13%) estão atualmente parados, principalmente por problemas com o cavalo mecânico, embora continuem no programa. Dados do SEBRAE sobre um estudo realizado em 2013 apontaram um percentual de 24,4% de encerramento de atividades de micro e pequenas empresas após dois anos de funcionamento, dado compatível com o número observado no programa “Rota de Sucesso”.

Quanto às dinâmicas de reajuste do valor do frete, a equipe de auditoria analisou a metodologia de cálculo e as regras para o reajuste utilizadas pela Organização. Segundo informações levantadas, o valor do frete é composto de diferentes variáveis que incluem, além do valor do diesel, o valor da manutenção do cavalo mecânico, a depreciação do veículo, a remuneração da mão-de-obra (motoristas adicionais), entre outros fatores. O valor por quilometro rodado (frete) é revisado anualmente ou quando, ao longo do ano, é percebido um aumento substancial de uma das variáveis que o constitui. Os reajustes são propostos pela equipe gestora, analisados pela equipe técnica do departamento de suprimentos e autorizados pela diretoria da Organização. Foram evidenciadas ações tomadas pela equipe gestora ao longo do tempo, incluindo a disponibilização, entre 2015 e 2017, de capital de giro para os motoristas para gastos com diesel (que representa o maior custo da operação de transporte) e a diminuição dos tempos de espera e carregamento dos caminhões (aptos a proporcionar um maior número de quilômetros rodados pelas empresas contratadas). Com relação à reposição dos aumentos do diesel no valor do frete, a equipe da organização apresentou o histórico entre os meses de agosto de 2017 e setembro 2018 pelo qual emerge que, no período em questão, houve reajustes de frete em função dos aumentos desse insumo, nem sempre seguindo exatamente os valores percentuais aumentados. A Organização alega que os aumentos do diesel, embora representem uma parcela importante do valor e do custo das operações de transporte de madeira, não implicam em um aumento proporcional no valor total do frete, por conta de sua composição que inclui mais fatores.

Após todas as análises conduzidas não foi possível identificar não conformidades com relação aos P&C do sistema CERFLOR. Considerando a importância e gravidade do tema e os anseios das partes interessadas, além dos princípios de transparência, priorização do diálogo e negociação valorizados pela certificação, a equipe de auditoria acompanhará o andamento e as consequências finais do programa, previsto para ser encerrado em dezembro de 2018.

Comentário 2 – Projetos sociais.

- 1) A associação responsável pela gestão do trabalho de coleta de resíduos paga muito pouco por diária (entre R\$ 40 e R\$ 70, conforme a produção) e os EPIs são por conta dos associados. A área de segurança patrimonial sempre atrasa a entrada dos residueiros nas áreas e sobra pouco tempo para a coleta de resíduos.
- 2) Existe uma demanda da comunidade por um novo posto de saúde que atenda melhor aos moradores, mas o projeto está parado. Os projetos de apicultura e agricultura estão parados há quatro meses, aguardando resultados de negociação com a Organização.
- 3) A Organização deveria apoiar projetos culturais, que são muito importantes para as comunidades tradicionais. Um projeto sobre o Samba de Viola foi apresentado há mais de um ano e permanece sem resposta. Há um projeto de apicultura que absorve 12 famílias, mas há mais 13 famílias aguardando para serem beneficiadas.
- 4) Os moradores da comunidade dispensados das “brigadinhos” pela Organização foram incluídos no projeto de apicultura, mas no último ano a produção foi baixa. Se isso voltar a acontecer em 2018, o resultado econômico do projeto pode não atender às expectativas desses moradores desempregados.
- 5) A comunidade solicitou a escavação de um poço artesiano, mas ainda não houve retorno da organização.
- 6) Por que o projeto da aroeira está parado?

Resposta Imaflora:

- 1) A Organização realiza monitoramento da efetividade de seus projetos sociais, estabelecendo metas e indicadores para cada projeto. Entretanto, o projeto que apoia doze associações comunitárias de residueiros, atualmente sob gestão da área de segurança patrimonial e atrelado ao cronograma de operações da colheita, está fora do monitoramento de efetividade. Foi emitida a OBS #04/19, para que este projeto seja também monitorado pela área social.
- 2) A Organização não está implantando projetos sociais ou outras medidas de mitigação de impactos socioeconômicos nessa comunidade, caracterizada como tradicional, em virtude de um período de tensão entre a comunidade e a equipe de segurança patrimonial. Foi aplicado sobre o tema o NCR #02/19.
- 3) A organização apresentou uma ata de reunião na comunidade constando trecho em que o representante da área social pede desculpas aos comunitários sobre a falta de resposta relativa ao projeto do Samba de Viola: "... [o funcionário] pediu desculpas à comunidade em nome da empresa pelo fato ocorrido, disse que de fato foi solicitado à comunidade que apresentasse o projeto, mas por com conta de dificuldades internas não foi possível realizar o investimento. Contudo, tal situação não justifica o não retorno à comunidade e que reconhece a falha na comunicação e espera que tal fato não ocorra mais". Na mesma reunião foi ofertado pela organização "incluir a comunidade no programa de Apicultura Sustentável desenvolvido pela organização e que seria ofertada uma média de 12 vagas para a comunidade" (ata de reunião, 24/02/2017). O projeto de apicultura está ativo e atende 12 famílias. Os resultados do projeto vêm sendo monitorados e a entrada de novas famílias será possível assim que eles forem satisfatórios e permitirem a ampliação do projeto. A Organização pretende estender nos próximos anos o apoio a projetos culturais que vêm sendo pauta de reuniões nos Conselhos Comunitários e o projeto do Samba de Viola poderá ser reavaliado. Não foi verificada não conformidade nesse tema.
- 4) Os resultados de projetos de geração de renda são monitorados em termos de: investimentos realizados; renda gerada; desempenho e satisfação de participantes; e desempenho da consultoria. Assim, é possível identificar riscos e casos críticos e elaborar planos de ação. Em 2017, houve problemas na florada do eucalipto e a produção foi concentrada nas floradas naturais. Nesse período houve aporte extra de ração e açúcar para manter a produção das colmeias. Em 2018 o mesmo processo está em andamento, mas ainda não foi possível registrar a produção total, pois a safra não foi encerrada. Sobre o tema geral das medidas de mitigação de impactos sociais relacionados ao encerramento das "brigadinhas" está aberto o NCR #03/18, aplicado durante auditoria extraordinária. Não foram verificadas não conformidades adicionais sobre o tema.
- 5) Não foi verificada essa demanda em atas de reuniões ou registros de comunicação com partes interessadas, tendo esta sido encarada como uma nova demanda a ser analisada e respondida pela Organização. Não foi evidenciada uma não conformidade nesse tema.
- 6) A organização apresentou ata de reunião recente em que o projeto é debatido: "o Projeto Aroeira consorciado com outras culturas, o SAF, estava com toda parte de

estruturação terminada, após as adaptações que tiveram de ser feitas em função de não mais ser focado apenas em aroeira. Esse foi um processo mais longo devido aos ajustes necessários. E essa estruturação seria apresentada à comunidade, inclusive com custos e contrapartidas para comunidade e empresa decidirem se projeto é viável ou não. O projeto teria início no primeiro semestre de 2019, após esse alinhamento entre empresa e comunidade. Ficou combinado que essa estruturação mais detalhada seria apresentada até o final do ano (dezembro).” (ata de reunião, 08/10/2018). Dessa forma, é possível verificar que o projeto segue o cronograma acordado com a comunidade. Não foi verificada não conformidade sobre o tema.

Comentário 3 – Impactos socioeconômicos.

- 1) Os caminhões de transporte de madeira passam na estrada por dentro da comunidade em alta velocidade (estima-se 60 km/h).
- 2) Existe eucalipto plantado dentro de zona de recarga de lagoas na comunidade, um exemplo foi apontado em área de arrendamento da Organização.
- 3) Um banheiro químico foi instalado em frente à porta da casa de moradora, causando desconforto à família.
- 4) Caminhões de uma empresa prestadora de serviço de silvicultura estavam provocando muita poeira. A comunidade parou um caminhão e falou diretamente com o motorista.

Resposta Imaflora:

- 1) A organização orienta que os caminhões de transporte de madeira adotem velocidade de 20 km/hora em trechos da estrada que passam dentro de comunidades, mas não possui sistema de monitoramento que comprove que a orientação esteja sendo implementada pelos motoristas. Foi emitida sobre o tema a OBS #02/19.
- 2) Foi apresentado o mapa da fazenda mencionada, com a identificação de área de mussununga sem o plantio de eucalipto. Existe previsão de monitoramento sistemático da mussununga. Não foi verificada não conformidade nesse tema.
- 3) O procedimento que orienta as áreas de vivência nas áreas de manejo florestal estabelece que a instalação de banheiros deve ocorrer com “distância entre 20 e 40 metros dos locais de refeição e 30 metros de cursos d’água”, mas não faz menção a moradias vizinhas. O tema foi considerado novo pelas equipes, a demanda será analisada pelas áreas responsáveis e o tema “cuidados de boas práticas como instalação de banheiros longe de residências” será incluído no treinamento dos colaboradores de campo. Não foi verificada não conformidade nesse tema.
- 4) O impacto da poeira causada por caminhão de empresa prestadora de serviços da silvicultura foi identificado, registrado e respondido, gerando o molhamento da via como medida de mitigação. O monitoramento pós operações mostrou que os moradores ficaram satisfeitos com as medidas tomadas. Não foi verificada não conformidade sobre o tema.

Comentário 4 – Demandas e conflitos.

- 1) Existe uma lei municipal que exige recuo de 500 m do eucalipto em comunidades e há um plantio a cerca de 50 m da casa de moradores.
- 2) Houve um acordo de alargamento das estradas para 10 m que não foi cumprido.

- 3) Os integrantes das equipes de segurança patrimonial da organização andam armados e se comportam de forma ofensiva junto à comunidade local.
- 4) Houve uma reunião entre representantes da Organização e da comunidade quilombola em que o procurador do Ministério Público não conseguiu participar, na qual a Organização chamou a polícia e no dia seguinte fez um boletim de ocorrência acusando os comunitários de terem colocado a funcionária em “cárcere privado”. Um morador idoso que recebeu intimação da polícia ficou surpreso e muito apreensivo, pois não houve nada disso e a polícia já tinha comparecido no local. Em uma decisão de difícil compreensão, a Organização lavrou boletim de ocorrência relativo à situação ocorrida no dia anterior, na qual a polícia havia estado presente e não havia considerado situação de flagrante, nem prendido ou reprimido ninguém. A associação está impedida de se manifestar e até mesmo de tirar fotos de áreas da Organização por interdito proibitório, sob pena de multa de R\$ 10 mil por dia.
- 5) Há atualmente algumas questões que envolvem a comunidade quilombola situada em área diretamente afetada pelo manejo. A questão fundiária de regularização da posse da terra quilombola junto ao Incra é a maior e mais complexa e sua resolução definitiva está subordinada a processos de longo prazo junto ao órgão federal. Seria possível o encaminhamento de acordos de cessão de terras para plantio em curto e médio prazos, sob testemunha de terceiras partes para reforçar sua legitimidade. Existe uma reivindicação de melhorias de infraestrutura nas áreas de saúde e educação, que poderia entrar na grade de apoios oferecidos pela organização às comunidades e ser resolvida parcialmente em curto prazo. Há uma preocupação com relação à aplicação de produtos nas áreas de manejo florestal que afetem a qualidade da água. Uma análise de água já foi solicitada ao órgão competente, mas houve a prorrogação de 90 dias para uma resposta oficial. Há um pleito relativo à largura das estradas, mas igualmente o órgão competente para o qual foi solicitada uma posição oficial ainda não se manifestou.
- 6) A Organização prometeu dar uma resposta sobre oferta de empregos a moradores da comunidade que foram demitidos das “brigadinhas” em 30 dias, depois pediu prorrogação por mais 15 dias para dar a resposta.

Resposta Imaflora:

- 1) O Artigo 289 da Política Municipal de Meio Ambiente de Caravelas (Lei Municipal 431/2016) estabelece que: “As atividades silviculturais de espécies exóticas deverão manter uma distância mínima de 500 metros do perímetro urbano, da sede do município, de seus distritos, povoados e comunidades”. Entretanto, a lei de Caravelas não indica metodologia de aplicação. No Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia foi acordada metodologia de contagem com a definição de um raio a partir de um marco central de infraestrutura nas comunidades. Apesar do raio do acordo do Fórum Florestal ser de 300 metros, a Organização aplicou a mesma metodologia para um raio de 500 metros, relativos à Política de Meio Ambiente de Caravelas e vem cumprindo esse distanciamento, comprovado por mapas que demonstram distância superior a 500 metros entre a infraestrutura central das comunidades e os plantios de eucalipto. A Organização irá validar essa metodologia com o município de Caravelas para evitar ruídos e garantir o cumprimento da lei em acordo com as autoridades municipais. Não foi evidenciada uma não conformidade sobre o tema.
- 2) A Organização realizou medições da largura da estrada em vários pontos. Na maioria dos pontos a largura extrapola os 10 metros e há trechos em que a largura é menor. A maioria desses trechos é entre propriedades de moradores e apenas um trecho faz

vizinhança com plantio de eucalipto. O tema já foi debatido com a comunidade e por hora não há acordo para ações de ajuste. Não foi verificada não conformidade sobre o tema.

- 3) Foi identificado que o uniforme adotado (com apetrechos como colete e coldre) e a postura de abordagem e comunicação das equipes de segurança patrimonial podem provocar a percepção pelos moradores locais de que as equipes de segurança patrimonial andam armadas nas rondas de áreas de manejo. Foi aplicada sobre o tema a OBS #03/19.
- 4) Foi identificada uma situação de tensão entre a Organização e a comunidade tradicional, em que a reunião citada foi fato relevante para seu aprofundamento, já que o comitê interno da Organização, montado para encaminhar questões relativas à comunidade decidiu abrir o B.O. e uma ação de interdito proibitório. A ausência de conselho comunitário ou outro fórum de negociação que permita avaliar as demandas prioritárias da comunidade (como a cessão de área para plantio), a postura das equipes de segurança patrimonial no trato junto aos comunitários e os encaminhamentos dados pelo comitê interno da Organização para o caso são elementos que vêm dificultando a implantação de medidas previstas na “Matriz de Impactos Regionais” e contribuindo para o aumento da tensão entre as partes. Essa situação vem impedindo a Organização de implementar medidas de mitigação e compensação de impactos, tendo sido emitido o NCR #02/19.
- 5) Idem à resposta acima.
- 6) O período de resposta ainda não venceu. A Organização se comprometeu a responder dentro do prazo acordado com a comunidade.

4.3. Cumprimento de relatórios de não conformidades anteriores (NCRs)

A seção a seguir descreve as atividades do empreendimento certificado visando o cumprimento de cada NCR aplicada durante auditorias anteriores. Para cada NCR solicitado são apresentadas as evidências de auditoria e a descrição de seu estado atual, em conformidade com as categorias da tabela abaixo. Falhas no cumprimento dos NCRs podem resultar na sua conversão para não conformidades maiores com prazo de cumprimento de três meses e risco de suspensão/cancelamento do certificado. A seguinte classificação é usada para indicar a situação de cada NCR:

Categorias de situação	Explicação
Encerrado	A operação cumpriu satisfatoriamente o NCR.
Aberto	A operação <u>não cumpriu</u> ou <u>cumpriu parcialmente</u> o NCR.

Marcar caso não aplicável (não há NCRs abertos a serem revisados).

NCR #	01/18	
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 2.2.f	
Seção do Relatório	Anexo III.	
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas		
2.2.f) <i>evidência de programas implementados de treinamento e aprimoramento da mão de obra (incluindo</i>		

gestores, contratantes, empregados e proprietários), em manejo florestal sustentável, com o objetivo de:

- capacitação profissional dos trabalhadores;
- diminuição do número de acidentes de trabalho; e
- diminuição de ocorrências que coloquem em risco a integridade dos ecossistemas.

Não conformidade:

Os programas implementados de treinamento e aprimoramento da mão de obra, em manejo florestal sustentável, não alcançam todos os trabalhadores, ocasionando riscos de acidentes de trabalho e ameaça à integridade dos ecossistemas.

Evidências:

Foram evidenciadas operações de membros da Associação de Residueiros nas áreas do escopo, sem o devido atendimento ao plano de manejo e orientações operacionais da organização. Foi visto caminhão fazendo atividade de descarregamento de resíduos de colheita de forma altamente insegura, não uso de EPIs e acesso de pessoas não autorizadas nas atividades do escopo do manejo. Embora haja compreensão da fragilidade da situação, que consiste em uma iniciativa de caráter social (geração de emprego e renda) e não operacional por parte da Organização (portanto não submetidas à sua ingerência direta), os riscos envolvidos para os membros da associação e a possibilidade de adoção de medidas de segurança adicionais às existentes, justificaram a aplicação deste NCR menor.

Solicitação de ação corretiva	O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima. Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não conformidade.
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	- Procedimento (POP.03.00135 - COLETA DE RESIDUOS PROVENIENTES DE PONTAS E GALHAS, revisão 4) - Relatório Residueiros - Tratativas NC 01 18
Avaliação da eficácia da NCR	Em entrevistas com responsáveis das associações dos residueiros que atuam na Organização e auditoria de campo nas frentes de trabalho com operação de colheita de resíduos e análise documental, foi verificado que a organização ministrou treinamento sobre práticas de saúde e segurança que incluíam uso de EPIs e segurança na operação de carregamento. O conteúdo está alinhado com o procedimento mais recente da Organização. Além disso, nas entrevistas nas frentes de trabalho não foram encontradas situações onde a segurança dos residueiros fosse colocada em risco.
Situação do NCR	ENCERRADO.
Comentários (opcional)	N/A.

NCR #	02/18	
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 2.3.e.	

Seção do Relatório	Anexo III.
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas	
<p>2.3. e) <i>evidência de que são implementados programas de treinamento e aprimoramento da mão de obra, com os seguintes objetivos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>capacitar tecnicamente os trabalhadores florestais;</i> - <i>evitar doenças e acidentes de trabalho;</i> - <i>minimizar as ocorrências de impactos ambientais negativos.</i> <p>Não conformidade: Os trabalhadores florestais não estão treinados acerca de todas as suas responsabilidades em relação aos cuidados ambientais relativos a suas atividades.</p> <p>Evidências: Em campo, foram visitadas áreas com fisionomia de campo e muçununga, que foram utilizadas para manobra de máquinas e implementos, além da disposição de resíduos de colheita. Isto evidencia que parte dos trabalhadores ainda não assimilou plenamente os conteúdos dos programas e procedimentos para proteção dos remanescentes e preservação da integridade ecológica dos ecossistemas.</p>	
Solicitação de ação corretiva	<p>O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p> <p>Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não conformidade.</p>
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	<ul style="list-style-type: none"> - Bloco 02_ Rádio Florestal Suzano Reduzida - DDS Proteção de APP.2 - Divulgação de procedimento - Relatório de Treinamento - Cuidados com áreas nativas - Procedimento POP. 03.00135 – Coleta de resíduos provenientes de pontas e galhos – UNF BA/ES/MG, revisão 04, 06/062018
Avaliação da eficácia da NCR	<p>A organização realizou uma divulgação com orientações para a proteção de remanescentes florestais na rádio florestal (meses de maio e outubro/2018). Foram realizados treinamentos dos colaboradores sobre a importância de boas práticas no manejo das operações quando realizadas próximo de áreas nativas, de modo a manter a sua integridade (setembro/2018). Os treinamentos também foram realizados aos presidentes das associações para o cumprimento do procedimento sobre disposição de resíduos florestais e membros de associações (setembro e outubro/2018). Mensalmente são previstos monitoramentos de desempenho das associações para a verificação do cumprimento do procedimento. Durante auditoria de campo não foram verificadas novas áreas com impactos negativos sobre os remanescentes naturais.</p>
Situação do NCR	ENCERRADO.
Comentários (opcional)	N/A.

4.4. Seguintos de não conformidades anteriores

Marcar caso não aplicável (não há NCRs abertos convertidos a NCRs Maiores).

4.5. Descrição de novas não conformidades encontradas (NCRs)

Uma não conformidade é uma discrepância ou falha identificada entre algum aspecto do sistema de gestão do EMF e um ou mais requisitos de certificação. Dependendo da gravidade da não conformidade, a equipe de avaliação a classifica como uma não conformidade maior ou menor.

- **Não conformidade maior** é resultante de uma falha fundamental para atingir o objetivo do critério. Uma série de não conformidades menores em um requerimento pode ter um efeito cumulativo e ser considerada uma não conformidade maior.

- **Não conformidade menor** é uma não conformidade não usual, temporária ou não sistemática, para a qual os efeitos são limitados.

NCR #	01/19	
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 1.2.d.	
Seção do Relatório	Anexo III.	
Descrição da não conformidade e evidências relacionadas		
<i>1.2.d) evidência de que a organização age de forma efetiva para a resolução de eventuais conflitos ou demandas jurídicas relacionadas com a posse da terra ou prejuízos causados a terceiros.</i>		
<u>Não-conformidade:</u> O procedimento documentado para solução de conflitos de natureza fundiária não prevê o diálogo com partes afetadas como princípio geral imediato e primordial para a solução de conflitos fundiários.		
<u>Evidências:</u> O procedimento documentado (PPG.01.00111 – Critérios e Diretrizes para Solução de Conflitos de Natureza Fundiária, 10/08/2016) prevê o diálogo com partes afetadas somente após a realização de “moderados atos de defesa ou desforço” da equipe de Segurança Patrimonial (item 5.1 - Princípios Gerais para a Solução de Conflitos Fundiários, p.2), desrespeitando a premissa do diálogo como primeira via de abordagem e negociação em situações de resolução de conflitos.		
Solicitação de ação corretiva	O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima. Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não conformidade.	
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.	
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	PENDENTE.	
Avaliação da eficácia da NCR	PENDENTE.	

Situação do NCR	ABERTO.
Comentários (opcional)	N/A.

NCR #	02/19	
Norma e Requisito	ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.1.b.	
Seção do Relatório	Anexo III.	

Descrição da não conformidade e evidências relacionadas

5.1.b) evidência de ações para evitar, mitigar ou, quando aplicável, compensar impactos sociais e econômicos negativos significativos decorrentes.

Não-conformidade:

A organização não implementou medidas de mitigação relativas ao impacto socioeconômico de “ocupação das terras pela eucaliptocultura” envolvendo população tradicional, previstas na Matriz de Impactos Regionais (tais como: “Fortalecimento e ampliação dos conselhos comunitários (...), projetos de geração de renda no campo ou outras ações”), em função de estar em curso um processo de tensão entre os associados e a área de segurança patrimonial.

Evidências:

A Organização tem mapeadas dez comunidades quilombolas na área diretamente afetada, para as quais prevê a implementação de medidas de mitigação e compensação dos impactos avaliados. Uma delas, vizinha de área de manejo, tem atualmente duas associações ativas. A mais antiga possui processo de demarcação de terra quilombola junto ao Incra e solicita à Organização, entre outras demandas de menor porte, a disponibilização de pequena parte da área de manejo diretamente vizinha aos sítios dos moradores como terra para plantios e outras atividades econômicas. A Matriz de Impactos Regionais, versão 2018, estabelece o impacto “Ocupação das terras pela eucaliptocultura” como passivo de “demandas fortes e moderadas” e prevê “projetos de geração de renda no campo ou outras ações”, a serem definidos a partir de “reuniões de conselho, relacionamento social e estudos específicos” e a demanda da associação poderia ser analisada sob esses métodos e critérios. Entretanto, apesar de haver processos de comunicação e diálogo com as duas associações representativas da comunidade, está em curso um processo de acirramento de tensão entre a associação que pleiteia acesso à terra e a Organização, com uma série de ocorrências envolvendo especialmente os associados (cerca de 25% dos moradores, representados por uma família remanescente de quilombo) e equipes da área de segurança patrimonial. Dentre as ocorrências no último período, destaca-se uma reunião entre a diretoria da associação e representantes das equipes de segurança patrimonial e social. Nessa reunião, na qual o procurador do Ministério Público Federal não conseguiu participar, se deu, por um lado a postura dos associados portando facões na cintura e, por outro, a presença da polícia militar ambiental, previamente acionada pela organização, mas que não efetuou flagrante ou ato de prisão por qualquer ocorrência. No dia posterior à reunião, o comitê interno que a organização estruturou para encaminhar o caso (composto pelas áreas social, patrimônio, relações institucionais, comunicação e recursos humanos) decidiu emitir boletim de ocorrência para registrar a situação ocorrida durante a reunião, apontada como “cárcere privado”, e abrir ação de interdito proibitório para evitar possíveis invasões nas áreas de manejo. A falta do conselho comunitário ou outro fórum de negociação que permita avaliar as demandas prioritárias da comunidade (como a cessão de área para plantio), a postura das equipes de segurança patrimonial no trato junto aos comunitários e os encaminhamentos dados pelo comitê interno da Organização para o

<p>caso são elementos que vêm dificultando a implementação de medidas de mitigação de impactos previstas na Matriz de Impactos Regionais e contribuindo para o aumento da tensão entre as partes (Planilha “Matriz de Impactos Regionais R 2018; Procedimento documentado PPG.01.00111 – Critérios e Diretrizes para Solução de Conflitos de Natureza Fundiária, 10/08/2016; Relatórios de ocorrências em áreas de manejo próximas à comunidade, referentes a incêndios em pilhas de madeira; paralização de atividades de equipe de silvicultura - setembro e outubro 2018; Solicitação do Procurador da República de Teixeira de Freitas a representante da organização para comparecimento à reunião sobre “fatos de interesse da Comunidade Quilombola Volta Miúda”, 13/08/2018).</p>	
Solicitação de ação corretiva	<p>O EMF deve implementar ações corretivas para demonstrar conformidade com os requisitos referenciados acima.</p> <p>Nota: ações corretivas efetivas devem focar no encaminhamento da ocorrência descrita na evidência acima, bem como eliminar e prevenir a causa principal com o objetivo de não haver a recorrência da não conformidade.</p>
Prazo para a adequação	Até o próximo monitoramento.
Evidência objetiva para finalização da NCR fornecida pelo EMF	PENDENTE.
Avaliação da eficácia da NCR	PENDENTE.
Situação do NCR	ABERTO.
Comentários (opcional)	N/A.

4.6. Observações

Observações podem ser aplicadas quando os estágios iniciais de um problema são identificados e não constituem uma não conformidade atual, mas podem se tornar uma não conformidade futura se ações não forem tomadas pelo empreendimento.

OBS 01/19	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 1.1.b.
<p>Descrição das evidências encontradas: em uma frente de trabalho de uma prestadora de serviço foi identificado que o caminhão que transporta adubos se encontrava sem os documentos originais de rodagem. Foi apresentada uma cópia do documento válido, porém o veículo estava transitando de forma irregular.</p>	
<p>Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.</p>	
<p> </p>	

OBS 02/19	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.1.b.
Descrição das evidências encontradas: o uniforme adotado (com apetrechos como colete e coldre) e a postura de abordagem e comunicação das equipes de segurança patrimonial podem provocar a percepção pelos moradores locais de que as equipes andam armadas nas rondas de áreas de manejo.	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

OBS 03/19	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.1.c.
Descrição das evidências encontradas: a organização orienta que os caminhões de transporte de madeira adotem velocidade de 20 km/hora em trechos da estrada que passam dentro de comunidades, mas não possui um sistema de monitoramento que comprove que a orientação esteja sendo implementada pelos motoristas.	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

OBS 04/19	Referência ao padrão: ABNT NBR 14789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais, indicador 5.1.c.
Descrição das evidências encontradas: apesar da Organização definir metas e indicadores para verificar a efetividade de projetos sociais implementados, há um projeto que destina áreas para a coleta de resíduos a associações comunitárias no período pós colheita que permanece fora desse monitoramento.	
Observação: é recomendável que o EMF corrija a situação evidenciada e previna a ocorrência de situações semelhantes no futuro.	

4.7. Conclusões de auditoria

Com fundamento na análise da conformidade do manejo do EMF com relação aos princípios, critérios e indicadores, a equipe de auditoria recomenda:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Requisitos de certificação <u>atendidos</u> , manutenção do certificado recomendada NCR(s) encerrados: NCRs #01 e 02/18. Mediante aceitação dos NCRs aplicados abaixo: NCRs #01 e 02/19.
<input type="checkbox"/>	Requisitos de certificação <u>não atendidos</u> . NCR(s) não atendido(s); suspensão requerida.
Comentários adicionais:	N/A.
Problemas identificados como controversos ou de	N/A.

difícil avaliação:

ANEXO I – Escopo do EMF

Informações sobre o empreendimento de manejo florestal:

Nome Legal do EMF: Suzano Papel e Celulose S/A.

1. Escopo do certificado

Tipo do Certificado: individual.

Certificado de grupo: lista de membros do grupo, se aplicável.

UMF nome/descrição	Área	Tipo de floresta	Localização latitude/longitude ¹
N/A.	N/A ha	Plantação florestal.	N/A.

2. Informação do EMF

Zona florestal	Tropical.
Área certificada por tipo de floresta	
- Natural	86.963,59 hectares
- Plantação	137.355,09 hectares
Margens de rios e corpos de água	N/D quilômetros lineares

3. Classificação da área florestal

Área total certificada	234.744,69 ha
1. Total da área florestal no escopo do certificado	224.318,68 ha
a. Área de produção florestal	137.355,09 ha
b. Área florestal não produtiva	86.963,59 ha
- Áreas de proteção florestal (reservas)	86.963,59 ha
- Áreas protegidas sem operação de colheita e manejadas somente para produção de NTFP ou serviços	0,00 ha
2. Área não florestal (ex., margens de rios, formações rochosas, campos, etc.)	10.426,01 ha

4. Espécies e taxa sustentável de colheita

Nome científico	Nome comum / comercial	Safra atual (2018)	Safra projetada para o próximo ano
<i>Eucalyptus spp.</i>	Eucalipto	4.143.156 m3	4.642.039 m3
Total		4.143.156 m3	4.642.039 m3
Total estimado de produção anual de toras			4.143.156 m3
Total estimado de produção anual certificada (produtos PFNM)			N/A.
Lista de produtos PFNMs certificados: N/A.			N/A.

5. Trabalhadores

Número de trabalhadores (incluindo funcionários, de meio-expediente e trabalhadores temporários):

Número total de trabalhadores:	2.744 trabalhadores	
Do total de trabalhadores acima:	2.604 homens	140 mulheres
Número de acidentes graves	0,0	
Número de fatalidades	0,0	

¹ Considerar o ponto central do EMF ou grupo, com um máximo de 5 casas decimais.

ANEXO II – Lista de partes interessadas consultadas

Lista de funcionários do EMF

Nome	Cargo/função	Contato	Tipo de participação
Adriano Modesto	Técnico de operações florestais	Não disponível.	Entrevista.
André Brito	Gerente de relações institucionais	Não disponível.	Entrevista.
André Victor Arribamar Amaral	Gerente de RH	Não disponível.	Entrevista.
Anelli Moraes Gonçalves	Analista de sustentabilidade	Não disponível.	Entrevista.
Carla Foster Feria	Analista de informações florestais	Não disponível.	Entrevista.
Carlos Durval Serafim	Ajudante florestal	Não disponível.	Entrevista.
Claudinei Silva dos Santos	Técnico de operações florestais	Não disponível.	Entrevista.
Diogo Duarte Porto	Técnico de operações florestais	Não disponível.	Entrevista.
Eder Ferreira	Técnico de operações florestais	Não disponível.	Entrevista.
Edgar Cutar Junior.	Analista de planejamento estratégico	Não disponível.	Entrevista.
Edson Diniz	Supervisor de operações florestais	Não disponível.	Entrevista.
Eduardo Soares de Almeida	Coord. de inteligência patrimonial	Não disponível.	Entrevista.
Edval Ângelo Valverde Zauza	Gerente de tecnologia florestal	Não disponível.	Entrevista.
Erich Cassiano de Lima Andrade	Supervisor de operações	Não disponível.	Entrevista.
Eronildes Souza Barbosa	Técnico de segurança	Não disponível.	Entrevista.

Everaldo Modo	Coordenador de logística	Não disponível.	Entrevista.
Fabiano Apolinário de oliveira	Operador de máquinas	Não disponível.	Entrevista.
Filipe Costa dos Santos	Técnico administrativo	Não disponível.	Entrevista.
Guilherme Moro Neto	Analista de meio ambiente	Não disponível.	Entrevista.
Heitor Oliva Pacheco	Advogado pleno	Não disponível.	Entrevista.
Henrique Sirilo da Silva	Operador de máquinas	Não disponível.	Entrevista.
Ivan Gleisson da Silva	Agente socioambiental	Não disponível.	Entrevista.
João Miguel Barbosa	Gerente de negócios florestais	Não disponível.	Entrevista.
Joseilton Andrade	Supervisor de operações florestais	Não disponível.	Entrevista.
Katrine Sousa Quadros	Técnico de segurança florestal	Não disponível.	Entrevista.
Ledir Rodrigues de Freitas	Supervisor de operações florestais	Não disponível.	Entrevista.
Leonardo Bastos Leitão	Consultor de silvicultura	Não disponível.	Entrevista.
Leonardo Santos de Jesus	Assistente de operações florestais	Não disponível.	Entrevista.
Leonardo da Silva Rocha	Operador de máquina florestal	(73) 9 9911 5222	Entrevista.
Linderberger Perpetua	Gerente silvicultura	Não disponível.	Entrevista.
Lucas Marques	Técnico de operações florestais	Não disponível.	Entrevista.
Lucio Carlos	Administrativo silvicultura	Não disponível.	Entrevista.
Luis Batista Marques	Supervisor de operações florestais	Não disponível.	Entrevista.
Lyander Sávio Viana Rodrigues	Técnico de operações florestais	Não disponível.	Entrevista.

Marcelo de Almeida Martins	Operador de máquinas	Não disponível.	Entrevista.
Marcelo dos Santos Rebouças	Operador de máquinas	Não disponível.	Entrevista.
Marcio Madeira	Encarregado operacional	Não disponível.	Entrevista.
Mariana Helena Andreatta	Coordenadora de responsabilidade social	Não disponível.	Entrevista.
Nathalia Hermann Weiser	Engenheira florestal – Depto de excelência	Não disponível.	Entrevista.
Oetson Mota Arifa Tigre	Técnico de segurança	Não disponível.	Entrevista.
Paulo Sérgio Moreira Costa	Supervisor de operações florestais	Não disponível.	Entrevista.
Raiane Bertolini Gregório	Coordenadora de silvicultura	Não disponível.	Entrevista.
Roberto Alves de Souza Neto	Técnico de operações florestais	Não disponível.	Entrevista.
Rones dos Santos Muniz	Operador de máquinas	Não disponível.	Entrevista.
Tiago Ascendino de Medeiros	Assistente de operações	Não disponível.	Entrevista.
Uélio Soares	Analista de responsabilidade social júnior	Não disponível.	Entrevista.
Vagner Silva Machado	Mecânico	Não disponível.	Entrevista.
Vilma Cruz Castro	Analista de sustentabilidade	(73) 3878 7945	Entrevista.
Wagner Leonório Batista	Operador de máquinas	Não disponível.	Entrevista.
Welton Ribeiro Santos	Operador de <i>harvester</i>	Não disponível.	Entrevista.

Lista de outros consultados

Nome	Organização	Contato	Tipo de participação
Adailton Ferreira Neves	Associação Juerana – Associado (Caravelas/BA)	Não disponível.	Entrevista.

Adeildo Conceição	Apicultor e Morador de Cruzelândia distrito de Mucuri/BA	Não disponível.	Entrevista.
Adeilton Santana dos Santos	Presidente dos Pequenos Produtores de Córrego de Jundiá (Conceição da Barra/ES)	(27) 9 9970 5195	Entrevista.
Ademar Carmo de Jesus	EMFLORTEC	Não disponível.	Entrevista.
Ademario Ferreira dos Santos	Reflorestar	Não disponível.	Entrevista.
Adenilson dos Santos	EMFLORA	Não disponível.	Entrevista.
Adenilton de Jesus Santos	EMFLORA	Não disponível.	Entrevista.
Altieles Teixeira Valério	EMFLORA	(27) 9 9581 3053	Entrevista.
Anderson Fonseca	Associação Juerana – Associado (Caravelas/BA)	Não disponível.	Entrevista.
André Luiz Castro Caselli	Ministério Público Federal – Procurador (Teixeira de Freitas/BA)	(73) 9 8102 1250 andrecaselli@mpf.mp.br	Entrevista.
Arlindo Moreira Ferreira	Vice Tesoureiro da Associação de Pequenos Produtores de Córrego Grande Conceição da Barra/ES	arlindomoreiraferreira@gmail.com	Entrevista.
Aurindo Alves Ferreira	Pequeno produtor Córrego Grande Conceição da Barra/ES	Não disponível.	Entrevista.
Benedito Cruel Pereira	Morador Água Preta (Conceição da Barra/ES)	(27) 3762 2311	Entrevista.
Carlos Souto	EMFLORA	Não disponível.	Entrevista.
Cherle Adriane Oliveira Silva Carvalho	Diretora Escola Antônio Câmara Ribeiro	cherleadriane@hotmail.com	Entrevista.
Cláudio Roque da Cruz	EMFLORTEC	(73) 9 9991 6866	Entrevista.

Davi de Matos	Apicultor e Morador de Cruzelândia distrito de Mucuri/BA	Não disponível.	Entrevista.
Dênis Jesus Rocha	Rodoway Transporte Eireli	(73) 9 9824 1474	Entrevista.
Edmilson Rodrigues de Almeida	AGR	Não disponível.	Entrevista.
Elcino Souza de Oliveira	Reflorestar	(27) 9 9701 9632	Entrevista.
Erisvaldo da silva Pacheco	Transmarco transporte	(27) 9 9949 2583	Entrevista.
Erlane Lima Silva	Coordenadora Escola Antônio Câmara Ribeiro Nova Brasília (Distrito de Mucuri/BA)	Não disponível.	Entrevista.
Fábio Leokadio	Associação da Comunidade Quilombola de Volta Miúda (Caravelas/BA)	fabioleokadio402@gmail.com	Entrevista.
Flávia Silva	Moradora de Córrego de Jundiá (Conceição da Barra/ES)	Não disponível.	Entrevista.
Geildo Silva Ribeiro	EMFLORA	(27) 9 9872 4445	Entrevista.
Gelisson José da Silva	EMFLORA	Não disponível.	Entrevista.
Igor Barbosa de Jesus	EMFLORTEC	Não disponível.	Entrevista.
Ismael da Cruz Américo	Macplan	Não disponível.	Entrevista.
Jailson Alves dos Santos	EMFLORTEC	Não disponível.	Entrevista.
Jailson Barros da Paixão	AGR	Não disponível.	Entrevista.
Jailson Dias	Macplan	Não disponível.	Entrevista.
Jailson Ricardo Barbosa	EMFLORTEC	(73) 9 9901 1137	Entrevista.
Jairo Carvalho	Morador distrito de Nova Mucuri/BA	carvalhocherle@hotmail.com	Entrevista.
Joelma Maria dos Santos	Moradora Córrego de Jundiá	(27) 9 9522 1906	Entrevista.
Jomar Santos Sousa	Expresso STJ Transportes	Não disponível.	Entrevista.
José dos Santos	EMFLORA	(27) 9 9730 1326	Entrevista.

José Eduardo de Jesus Souza	Macplan	Não disponível.	Entrevista.
José Fernandes de Oliveira	EMFLORA	Não disponível.	Entrevista.
José Maria Rocha	Macplan	Não disponível.	Entrevista.
Josinei José Santana (Dinei)	Associação Quilombola Rio do Sul (Nova Viçosa/BA)	Não disponível.	Entrevista.
Júnior Ribeiro Gomes	EMFLORA	Não disponível.	Entrevista.
Juracir Franco da Silva	EMFLORA	Não disponível.	Entrevista.
Leandro Meneses Reis	Associação Juerana – Associado (Caravelas/BA)	Não disponível.	Entrevista.
Lucas Santos da Silva	EMFLORA	Não disponível.	Entrevista.
Luiz Pereira de Souza	EMFLORA	(27) 9 9513 4951	Entrevista.
Luiz Rodrigo Souza	EMFLORA	Não disponível.	Entrevista.
Marcio Santana	Participante programa Rota de Sucesso	cosmo170@outlook.com	Entrevista.
Marcos Felix Cirilo	AGR	Não disponível.	Entrevista.
Marinete Santana	Presidente Associação dos Moradores de Cruzelândia/BA	a.s.m.o.c.@hotmail.com (73) 9 9906 8351	Entrevista.
Pablo Rodrigues Barros	Macplan	Não disponível.	Entrevista.
Ranieres Mateus dos Santos	AGR	Não disponível.	Entrevista.
Reginaldo Cardoso de Jesus	EMFLORA	Não disponível.	Entrevista.
Richalson de Matos	Apicultor e Morador de Cruzelândia distrito de Mucuri/BA	Não disponível.	Entrevista.
Ronildo Batista Dias	Associação Juerana – Administrador (Caravelas/BA)	Não disponível.	Entrevista.
Saulo Leal Barreira Vicente	EMFLORA	(27) 9 9739 2897	Entrevista.

Seu Bentino	Associação dos Trabalhadores Rurais Remanescentes Quilombolas de Volta Miúda Antônio Joaquina Serafim – Presidente (Caravelas/BA)	Não disponível.	Entrevista.
Silmar Marques dos Santos	EMFLORA	Não disponível.	Entrevista.
Sinel Florêncio Rodrigues	Macplan	Não disponível.	Entrevista.
Tiago da Cruz Miranda	Associação Juerana – Associado (Caravelas/BA)	Não disponível.	Entrevista.
Valdir Alves	Reflorestar Serviços Florestais	Não disponível.	Entrevista.
Walace Silva Jesus	Associação Juerana – Associado (Caravelas/BA)	Não disponível.	Entrevista.
Welton Oliveira Moreira	Associação Juerana – Associado (Caravelas/BA)	Não disponível.	Entrevista.
Wendley Oliveira Portela	Morador distrito de Nova Mucuri/BA	(73) 9 9993 1097	Entrevista.

ANEXO III – Conformidade aos padrões de manejo florestal

A tabela a seguir demonstra a conformidade ou não com o padrão de manejo florestal ABNT NBR 14789:2012:

P & C	Conformidade: Sim, Não	Descrição do atendimento dos requisitos da norma (incluir os elementos organizacionais que foram avaliados)	NCR/OBS (#)
Princípio 1 – Cumprimento da legislação			
1.1			
a)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
b)	Sim.	Em uma frente de trabalho de uma prestadora de serviço foi identificado que o caminhão que transporta adubos se encontrava sem os documentos originais de rodagem. Foi apresentada uma cópia do documento válido, porém o veículo estava transitando de forma irregular (OBS #01/19).	OBS #01/19.
1.2			
a)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
b)	Sim.	A Organização apresentou lista atualizada de partes interessadas (Lista de Partes Interessadas – Social 2018), mapa e caracterização de comunidades locais (Mapa de Atuação Social outubro 2018; Inventários Sociais de comunidades visitadas).	N/A.
c)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
d)	Não.	<p>O procedimento documentado (PPG.01.00111 – Critérios e Diretrizes para Solução de Conflitos de Natureza Fundiária, 10/08/2016) prevê o diálogo com partes afetadas somente após a realização de “moderados atos de defesa ou desforço” da equipe de Segurança Patrimonial (item 5.1 - Princípios Gerais para a Solução de Conflitos Fundiários, p.2), desrespeitando a premissa do diálogo como primeira via de abordagem e negociação em situações de resolução de conflitos (NCR #01/19).</p> <p>A organização mantém registros atualizados das situações de conflitos fundiários, com relatórios sobre cada caso e o status dos processos judiciais. Foram apresentados oito casos em andamento, sendo dois de 2012, três de 2013, um em 2014, um em 2015 e um em 2016 (Planilha Conflitos Fundiários UNF-BA; Relatórios de Ocorrência de Invasão de Terras 2015 a 2018). Dois deles não estão judicializados, pois fazem parte das negociações de compra-e-venda de terras com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) via Programa Nacional de Reforma Agrária, junto ao Incra. Além desses,</p>	NCR #01/19.

		outros seis casos foram apresentados como fora do conjunto em andamento, pois já foram negociados com o MST (Atualização MST).	
e)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
1.3.			
a)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
c)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
d)	N/M	Critério não monitorado	N/A
e)	Sim.	Foi verificado que a organização implementa um sistema de gestão em saúde e segurança que inclui uma política, procedimentos operacionais, indicadores de desempenho seja par área de segurança que de saúde, metas e reuniões de gestão para análise dos resultados parciais e anuais. A política de segurança, saúde e qualidade de vida compreende as seguintes linhas de atuação: Capacitação, garantir recursos necessários e aplicar as melhores práticas (Política de SSO_UNF BA, Indicador Florestal Bahia).	N/A.
Princípio 2 – Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade			
2.1			
a)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
c)	Sim.	A organização possui de forma documentada o procedimento (PPG.03.00146 – Colheita de Madeira, revisão 01) que visa a forma correta de operação e os devidos aproveitamentos da madeira. Também apresentou o procedimento (POP.03.00076 – Gestão da qualidade operacional UNF- colheita, revisão 00) onde há a avaliação da qualidade das operações de colheita e suas implicações. Na entrevista com a responsável pelo departamento de excelência florestal, foi informada a metodologia de verificação da qualidade da colheita visando entre outros itens, a minimização de desperdícios de madeira. Avaliação diária nível 1 – a própria equipe avalia sua operação. Nível 2 – uma avaliação realizada por equipe terceira sobre os desperdícios. Avaliação amostral realizada diariamente. Semanalmente as informações são repassadas por relatório para a equipe de excelência. Há também o Monitoramento da qualidade nível II – Colheita e silvicultura) realizada semanalmente recebido da empresa terceira e repassada semanalmente para a excelência, que faz a análise e faz o envio para os gerentes de excelência corporativos e os gerentes	N/A.

		operacionais de silvicultura e colheita. Estas ferramentas tem o objetivo de identificar brevemente os possíveis desvios em relação ao desperdício de madeira e deixar os tomadores de decisão cientes dos resultados.	
d)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
e)	Sim.	Em auditoria de campo não foram identificadas situações de geração de resíduos fora da normalidade e ne disposição inadequada. Além dos documentos citados anteriormente, a organização apresentou outros documentos (Ficha técnica - procedimento de avaliação da qualidade do baldeio (colheita); Ficha técnica procedimento de avaliação da qualidade do corte (colheita); FOM.03.00192 - avaliação da qualidade do corte (colheita); FOM.03.00193 - avaliação da qualidade do baldeio (colheita); II_Monitoramento de qualidade (nível II) UNF BA_10.2018; Status semanal outubro 2018 - UNF BA)	N/A.
f)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
2.2			
a)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
c)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
d)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
e)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
f)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
g)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
h)	Sim.	No monitoramento são verificados os fragmentos da Mata Atlântica presentes nas áreas da organização, em resposta às ações de conservação diagnosticadas e planejadas de acordo com o conceito de mosaicos florestais. A organização redesenhou seu modelo de restauração florestal em função da implantação do CAR e CEFIR, por meio do levantamento de todo o passivo, definindo cronograma, na priorização de áreas a restaurar e metodologia aplicada para cada restauração. Com relação à erradicação de espécies exóticas em APP, a organização está solicitando junto aos órgãos ambientais estaduais, uma autorização para intervenção de baixo impacto.	N/A.
2.3			
a)	Sim.	Conforme entrevistas aos responsáveis pelo manejo florestal, análise de documentos e visita de campo é possível afirmar que a organização incorpora os resultados de testes e pesquisas nos procedimentos	N/A.

		operacionais e nas ações diárias de trabalho. Exemplo disso são os equipamentos utilizados para silvicultura e colheita que são as metodologias mais atuais adotadas na silvicultura nacional. Outro exemplo são os materiais genéticos implantados após longos períodos de testes e validação de suas características para implantação em diferentes sítios da organização.	
b)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
c)	Sim.	Os procedimentos operacionais prescrevem a realização regular de monitoramentos, com base em listas de verificação que identificam, separadamente, variáveis de controle operacional, ambiental, da qualidade, social e econômico. Esses procedimentos são revistos regularmente e incorporam os resultados de experiências, testes e pesquisas realizadas pela organização na região e nas outras áreas florestais administradas pela UMF (Plano de Manejo UNFBA 2018).	N/A.
d)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
e)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
f)	Sim.	Tanto para a silvicultura quanto para a colheita, a organização adota em campo o que há de mais moderno em termos de equipamentos e metodologias de realização das atividades. Foi possível verificar em campo que a escolha pelas técnicas adotadas, assim como a utilização dos equipamentos mais indicados para cada operação, faz com que as florestas sejam formadas de forma mais eficiente e obtenham melhores resultados de produtividade.	N/A.
g)	Sim.	Em entrevistas com os responsáveis pela tecnologia florestal da organização foi possível conhecer o documento “Pacote Tecnológico 2018” onde contém toda a recomendação técnica dos materiais genéticos a serem implantados nas unidades florestais da organização. Também foi mostrada uma apresentação da “Rede Experimental Nacional G2M2P2” onde a organização participa com cerca de 70 experimentos dispersos nos estados de São Paulo, Bahia e Maranhão. As pesquisas consistem em testes clonais, testes de nutrição, de espaçamento, mato competição e preparo do solo.	N/A.
2.4			
a)	Sim.	A organização conta com um cadastro floresta de suas áreas e de suas florestas. Com o intuito de abastecer as fábricas de celulose e atender outras demandas também depende de um excelente trabalho de planejamento. Os processos são integralmente dedicados a cada etapa do planejamento e implantação da unidade de negócio	N/A.

		<p>florestal levando em conta aspectos legais, logísticos, econômicos, ambientais e sociais. a) Gestão de Ativos Florestais: cuida dos processos imobiliários de aquisições de áreas para produção, assegurando a manutenção e regularização documental. b) Geoprocessamento: acompanha e atualiza todo o uso do solo nas propriedades da empresa. c) Cadastro Florestal: um banco de dados onde estão reunidas e organizadas todas as informações necessárias para a caracterização das propriedades rurais. d) Programa de classificação e manejo e preparo de solo: busca reconhecimento das variáveis limitantes no sistema solo-planta-atmosfera para adequar as técnicas corretivas tendo como estratégia buscar conhecimentos os quais permitam não marginalizar nenhuma variável e ao mesmo tempo garantir a objetividade e o foco no resultado que se deseja, buscando o aumento da produtividade florestal de forma sustentável. e) Inventário Florestal: trata dos procedimentos para obtenção de informações dos povoamentos florestais e de todas as fases do desenvolvimento da floresta, bem como a disponibilidade de madeira no final do processo. Nossas florestas são monitoradas desde os primeiros meses de plantio, onde as unidades produtivas são avaliadas qualitativamente, a fim de verificar a homogeneidade do plantio. Para os anos seguintes, o monitoramento da floresta é realizado por meio de inventário florestal contínuo, que avalia o volume de madeira produzido por nossas florestas e permite a estimativa de volume disponível para as nossas unidades industriais (Plano de Manejo UNFBA 2018).</p>	
b)	Sim.	<p>Não foram evidenciadas irregularidades quanto aos direitos legais de propriedade, posse, uso e acesso. O grupo demonstra que a compra ou arrendamento de terras para o estabelecimento de plantações respeita os direitos legais de propriedade, posse, uso e acesso, conforme análise documental física realizada e entrevistas com gestores do processo. Os contratos de arrendamento estão devidamente averbados junto às matrículas e possuem o respectivo cadastro INCRA e Receita Federal (ITR). O procedimento específico (PG 009_Rev. 03 Resolução de Conflitos, Disputas e Resoluções), em caso de conflitos de terra estabelece as diretrizes para solução destas questões entre a empresa e proprietários de imóveis, comunidade local e instituições, baseado na busca por uma solução amigável e equilibrada entre as partes.</p>	N/A.
c)	Sim.	A organização possui um procedimento documentado	N/A.

		(PPG.08.00020 – Recebimento e movimentação de madeira de eucalipto para o processo de produção de cavaco), que identifica todos os produtos existentes, seus locais de armazenamento na UMF até a transferência de posse legal do produto (“porta da floresta”), de forma a possibilitar o rastreamento do produto à sua origem.	
d)	Sim.	A organização dispõe do cadastro de unidades de produção (talhões) identificando as áreas certificadas e não certificadas e exerce este controle na porta da floresta, não sendo identificada a presença de madeira não certificada de fora do escopo deste certificado. O procedimento (PPG.08.00020 – Recebimento e movimentação de madeira de eucalipto para o processo de produção de cavaco), especifica o que a organização estabeleceu a porta da floresta como sendo o pátio da fábrica de Mucuri/BA.	N/A.
e)	Sim.	A organização possui um sistema de cadastro de talhões que contém as informações para a identificação de madeira certificada CERFLOR. Da portaria da fábrica para a floresta, o motorista leva um documento indicando o local em que a madeira deverá ser carregada. Uma vez realizado o carregamento na unidade de manejo, no retorno à fábrica, o documento é preenchido com as informações complementares. Para verificação foram vistos carregamentos no campo, assim como exemplos de notas fiscais emitidas durante o último período (Nota Madeira).	N/A.
Princípio 3 – Zelo pela diversidade Biológica			
3.1			
a)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
c)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
d)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
3.2			
a)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
c)	Sim.	A identificação da presença de espécies endêmicas, raras, ameaçadas e em perigo de extinção foi realizada por meio de consulta à base cartográfica em áreas prioritárias protegidas pelo Estado ou pela União, resultados de diagnósticos (Relatório Técnico de Fauna e Flora – 2018) e vistorias técnicas. Os dados acerca da distribuição e endemismo foram retirados da Lista de Espécies da Flora do Brasil (FLORA DO BRASIL 2020, 2018). Com relação à ameaça de extinção, foram enquadradas em alguma das	N/A.

categorias de ameaça nas seguintes listas oficiais: (IUNC) - International Union for Conservation of Nature and Natural Resources; (IBAMA) - Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014. Lista oficial das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção; (IEMA) - Decreto Nº 1.499-R, de 14 de junho de 2005. Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção no Espírito Santo. (SEMA) - Portaria nº 40, de 21 de agosto de 2017. Lista Oficial das Espécies Endêmicas da Flora Ameaçadas de Extinção do Estado da Bahia. Com relação à flora, dentre as espécies amostradas na área Brasília, verificou-se a ocorrência de 6 espécies enquadradas em alguma das categorias de ameaça das listas oficiais, internacional e nacional: *Paratecoma peroba* (peroba-amarela), *Joannesia princeps* (boleira), *Apuleia leiocarpa* (garapa), *Dalbergia nigra* (jacarandá-da-bahia), *Melanoxylon brauna* (braúna-preta) e *Esenbeckia leiocarpa* (guarantã). Do total de 68 espécies de aves para a área Brasília, nove são consideradas endêmicas da Mata Atlântica e quatro encontram-se em alguma categoria de ameaça, seja em nível estadual, nacional ou global. Três espécies encontram-se ameaçadas nos três níveis: papagaio-chauá (*Amazona rhodocorytha*), o papagaio-de-peito-roxo (*Amazona vinacea*) e o formigueiro-de-cauda-ruiva (*Myrmoderus ruficauda*). Este último é criticamente ameaçado no estado de Minas Gerais e considerado “em perigo” nos níveis nacional e global. Os papagaios encontram-se “em perigo” no nível estadual e “vulnerável” no nível nacional e global, à exceção do papagaiode-peito-roxo, considerado “em perigo” internacionalmente. A quarta espécie ameaçada é o papagaio-moleiro (*Amazona farinosa*), ameaçado somente no nível estadual, na categoria “criticamente em perigo” (CR). Foi possível contabilizar 32 registros pertencentes a nove espécies de mamíferos silvestres, das quais o esquilo (*Guerlingetus brasiliensis ingrami*) é endêmico da Mata Atlântica e outras duas são consideradas ameaçadas de extinção. As espécies de gato encontradas nessa região podem se tratar do gato-do-matopequeno-do-nordeste (*L. tigrinus*) ou o gato-maracajá (*L. wiedii*), sendo o primeiro deles classificado como “em perigo” na lista nacional e “vulnerável” na lista internacional de espécies ameaçadas; enquanto o segundo enquadra-se como “vulnerável” na lista nacional e não ameaçado internacionalmente. Outra espécie ameaçada registrada foi a onça-parda (*Puma concolor*).

	d)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	e)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	f)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	g)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	h)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	i)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
3.3				
	a)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	b)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	c)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	d)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	e)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
3.4				
	a)	Sim.	Em termos de diversidade de espécies e ecossistemas, apoiado pelo monitoramento de biodiversidade (fauna e flora) realizada em 2017 foram identificadas 310 espécies de plantas, 235 espécies de aves e 24 espécies de mamíferos. O diagnóstico florístico e levantamento fitossociológico é realizado para caracterizar os remanescentes florestais da mata atlântica. A região fisiográfica da Mata Atlântica é composta principalmente pela Floresta Ombrófila Densa, Cerrado e formações associadas (Plano de Manejo UNFBA 2018).	N/A.
	b)	Sim.	A organização estabelece monitoramentos relativos a impactos ambientais sobre remanescentes naturais, fauna, flora, solos e recursos hídricos ocasionados pelas operações de manejo. Em relação a fauna e flora foi apresentado um estudo na base florestal da Suzano Papel (Relatório Técnico (Fauna e Flora) – 2018), tem como objetivo avaliar e monitorar, de acordo com a escala e intensidade do empreendimento, possíveis impactos causados pelo manejo de florestas plantadas. Os monitoramentos ambientais são responsáveis pela verificação dos impactos das diferentes atividades sobre o componente ambiental ao longo do tempo. Desse modo, é a partir das informações obtidas pelos estudos que são propostas recomendações para mitigação e/ou anulação dos impactos, quando negativos. Este estudo também propõe que medidas de prevenção, mitigação, controle ou compensação dos impactos negativos que possam ser identificados que afetem a fauna, flora ou meio físico, cabendo a proposição de medidas de conservação específicas, incluindo os eventos geradores de impacto alóctones ao manejo, como as diferentes atividades humanas (caça, fogo, espécies exóticas e domésticas).	N/A.

		Em relação aos recursos hídricos ocorre o monitoramento de águas superficiais, cujo objetivo é verificar as possíveis influências do manejo florestal na qualidade da água. As amostragens são realizadas em conjuntos de cinco pontos: a montante da área da empresa, na entrada, no interior, na saída e à jusante das áreas da empresa.	
c)	Sim.	O Plano de Governança Florestal UNFBA, inclui os principais resultados dos monitoramentos operacionais, de inventário florestal, ambientais, que incluem os principais resultados dos monitoramentos sociais, relativos ao programa de comunicação social, de educação ambiental e de geração de ocupação e renda e melhoria da qualidade de vida, além dos monitoramentos de SSO. (Plano de Manejo UNFBA 2018).	N/A.
d)	Sim.	A identificação da presença de espécies endêmicas, raras, ameaçadas e em perigo de extinção foi realizada por meio de consulta à base cartográfica em áreas prioritárias protegidas pelo Estado ou pela União, resultados de diagnósticos (Relatório Técnico de Fauna e Flora – 2018) e vistorias técnicas. Os dados acerca da distribuição e endemismo foram retirados da Lista de Espécies da Flora do Brasil (FLORA DO BRASIL 2020, 2018). Com relação à ameaça de extinção, foram enquadradas em alguma das categorias de ameaça nas seguintes listas oficiais: (IUNC) - <i>International Union for Conservation of Nature and Natural Resources</i> ; (IBAMA) - Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014. Lista oficial das espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção; (IEMA) - Decreto Nº 1.499-R, de 14 de junho de 2005. Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção no Espírito Santo. (SEMA) - Portaria nº 40, de 21 de agosto de 2017. Lista Oficial das Espécies Endêmicas da Flora Ameaçadas de Extinção do Estado da Bahia. Com relação à flora, dentre as espécies amostradas na área Brasília, verificou-se a ocorrência de 6 espécies enquadradas em alguma das categorias de ameaça das listas oficiais, internacional e nacional: <i>Paratecoma peroba</i> (peroba-amarela), <i>Joannesia princeps</i> (boleira), <i>Apuleia leiocarpa</i> (garapa), <i>Dalbergia nigra</i> (jacarandá-da-bahia), <i>Melanoxylon brauna</i> (braúna-preta) e <i>Esenbeckia leiocarpa</i> (guarantã). Do total de 68 espécies de aves para a área Brasília, nove são consideradas endêmicas da Mata Atlântica e quatro encontram-se em alguma categoria de ameaça, seja em nível estadual, nacional ou global. Três espécies encontram-se ameaçadas nos três níveis: papagaio-chauá (<i>Amazona rhodocorytha</i>), o papagaio-de-peito-roxo	N/A.

		<p>(<i>Amazona vinacea</i>) e o formigueiro-de-cauda-ruiva (<i>Myrmoderus ruficauda</i>). Este último é criticamente ameaçado no estado de Minas Gerais e considerado “em perigo” nos níveis nacional e global. Os papagaios encontram-se “em perigo” no nível estadual e “vulnerável” no nível nacional e global, à exceção do papagaio-de-peito-roxo, considerado “em perigo” internacionalmente. A quarta espécie ameaçada é o papagaio-moleiro (<i>Amazona farinosa</i>), ameaçado somente no nível estadual, na categoria “criticamente em perigo” (CR). Foi possível contabilizar 32 registros pertencentes a nove espécies de mamíferos silvestres, das quais o esquilo (<i>Guerlingetus brasiliensis ingrami</i>) é endêmico da Mata Atlântica e outras duas são consideradas ameaçadas de extinção. As espécies de gato encontradas nessa região podem se tratar do gato-do-matopequeno-do-nordeste (<i>L. tigrinus</i>) ou o gato-maracajá (<i>L. wiedii</i>), sendo o primeiro deles classificado como “em perigo” na lista nacional e “vulnerável” na lista internacional de espécies ameaçadas; enquanto o segundo enquadra-se como “vulnerável” na lista nacional e não ameaçado internacionalmente. Outra espécie ameaçada registrada foi a onça-parda (<i>Puma concolor</i>).</p>		
3.5				
	a)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	b)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	c)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	d)	Sim.	<p>A organização monitora a presença de espécies exóticas, que possam alterar o equilíbrio local entre as espécies ocorrentes. Quanto às espécies de plantas exóticas invasoras a organização possui um programa de controle, que prioriza a retirada das espécies <i>Acacia magium</i>, <i>Brachiaria decumbens</i> e <i>Eucalyptus</i> sp. Em relação a acácia a organização possui um levantamento das áreas onde ocorre a presença desta espécie e um relatório de atividade de erradicação foi apresentado para uma das fazendas visitadas (Relatório de Atividade de Erradicação de Exóticas). Quanto às áreas com braquiária estas se concentram em APPs e atividades de plantio ou condução da regeneração natural são realizados (Restauração BA - Projeção CAPEX, Restauração ES - Projeção CAPEX e Restauração MG – Projeção CAPEX).</p>	N/A.
3.6				
	a)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	b)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.

c)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
d)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
Princípio 4 – Respeito às águas, ao solo e ao ar			
4.1			
a)	Sim.	A organização possui um procedimento (PPG.01.00099 – Programa de Gerenciamento de Resíduos, revisão 3.0, 17/08/2018) que estabelece critérios para o gerenciamento dos resíduos gerados nas suas áreas florestais, resultando em práticas ambientalmente adequadas e contribuindo para minimizar os impactos ambientais relacionados. O procedimento apresenta orientações para identificar, segregar, acondicionar, coletar, transportar e dispor os resíduos gerados nas operações.	N/A.
b)	Sim.	A organização contrata uma EPS para realizar o transporte de resíduos contaminados (Comprovante de Destinação Jun-18) até local devidamente licenciado para o recebimento do material (Certificado N. 02864707).	N/A.
c)	Sim.	Os resíduos contaminados são destinados para uma área devidamente licenciada (LO n. 79001769) para disposição final de resíduos Classe I e lama de perfuração (RECEPTOR LIC-IND-0-043 - LO N 149_2017_Disposição de Resíduos Classe I e Lama de). A EPS responsável pela coleta e transporte rodoviário de resíduos não perigosos também possui uma autorização (LO n. 43969674) (TRANSPORTADOR LICENÇAS COLNORTE – AUTENTICADAS).	N/A.
d)	Sim.	A organização possui um procedimento (PPG.01.00096 – Atendimento à Emergência Ambiental, revisão 1.0, 17/08/2018) para as situações consideradas de emergência ambiental. São apresentadas as ações em casos de derramamentos/vazamentos de produtos químicos (herbicidas, formicidas, fungicidas, fertilizantes, cupinicida, inseticidas) e produtos inflamáveis e eventuais acidentes.	N/A.
e)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
4.2			
a)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
b)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
c)	Sim.	A organização comprovou a existência de monitoramentos dos parâmetros qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos e edáficos relevantes. Em relação aos recursos hídricos ocorre o monitoramento de águas superficiais, cujo objetivo é verificar as possíveis influências do manejo florestal na qualidade da água. As amostragens são realizadas em conjuntos de cinco pontos: a montante da	N/A.

		<p>área da empresa, na entrada, no interior, na saída e à jusante das áreas da organização. Para compreensão das classes de solos presentes nas áreas de plantio de eucalipto da UMF na região de abrangência da Formação Barreiras, foram realizados levantamentos semidetalhado de solos nas áreas de plantio de eucalipto, visando a elaboração das Unidades de Manejo da empresa na região (os critérios adotados para o estabelecimento e subdivisão das classes de solos que compõem a Unidade de Manejo estão de acordo com as normas usadas pelo Centro Nacional de Pesquisa de Solos – CNPS). Neste levantamento foram identificadas as seguintes classes de solo: Argissolos amarelo, Latossolo amarelo, vermelho-amarelo e vermelho, Espodossolos, Neossolos Quartzarênicos e Gleissolos (Plano de Manejo UNFBA 2018).</p>		
	d)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
4.3				
	a)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	b)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	c)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	d)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	e)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	f)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	g)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	h)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	i)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	j)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
4.4				
	a)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	b)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	c)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	d)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
	e)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
Princípio 5 – Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal				
5.1				
	a)	Sim.	<p>A organização elabora Relatórios Internos Socioambientais pré e pós operações florestais para avaliar impactos junto às comunidades diretamente afetadas pelas operações florestais, inclusive o transporte de madeira (Risa Pré e Pós de comunidades visitadas; Formulário de ficha de campo preenchida pela equipe social em visita à comunidade; fotografias de trechos de estrada apontados pela comunidade para realização de</p>	N/A.

		umectação como medida mitigadora para poeira; visitas de campo e entrevistas com partes interessadas). No processo de avaliação de impactos, são estabelecidos acordos junto às comunidades relativos às medidas de mitigação. Existe também uma avaliação de impactos sociais regionais e a definição de medidas de mitigação e compensação para cada impacto verificado (Matriz de Impactos Regionais 2018; visitas de campo e entrevistas com partes interessadas).	
b)	Não.	As medidas mitigadoras em implementação para os impactos avaliados nos casos específicos que vêm sendo acompanhados pela certificação no período da auditoria foram consideradas pertinentes, entretanto ainda não demonstram resultados efetivos, pois são muito recentes (Documento PPG.03.00148 - Desmobilização de Serviços Próprios e de Empresas Prestadoras de Serviço; evidências sobre cursos profissionalizantes de Auxiliar de Fiscalização Ambiental e Mecânico de Manutenção em Máquinas Industriais, em parceria com o SENAI, nas comunidades Nova Brasília e Cruzelândia; evidências sobre processo seletivo em que nove de dez pessoas que fizeram os cursos passaram para o processo de jovem aprendiz, a contratação de três novos agentes de responsabilidade social da comunidade de Cruzelândia; aquisição de torre de sinal telefônico para a comunidade de Nova Brasília; expansão do projeto de apicultura na região do Picadão da Bahia com 18 novos beneficiários; visitas de campo e entrevistas com partes interessadas; entrevistas com equipes técnicas). A Organização tem mapeadas dez comunidades quilombolas na área diretamente afetada, para as quais prevê a implementação de medidas de mitigação e compensação dos impactos avaliados. Uma delas, vizinha de área de manejo, tem atualmente duas associações ativas. A mais antiga possui processo de demarcação de terra quilombola junto ao Incra e solicita à Organização, entre outras demandas de menor porte, a disponibilização de pequena parte da área de manejo diretamente vizinha aos sítios dos moradores como terra para plantios e outras atividades econômicas. A Matriz de Impactos Regionais, versão 2018, estabelece o impacto "Ocupação das terras pela eucaliptocultura" como passivo de "demandas fortes e moderadas" e prevê "projetos de geração de renda no campo ou outras ações", a serem definidos a partir de "reuniões de conselho, relacionamento social e estudos específicos" e a demanda da associação poderia ser analisada sob esses métodos e	NCR #02/19 e OBS #02/19.

critérios. Entretanto, apesar de haver processos de comunicação e diálogo com as duas associações representativas da comunidade, está em curso um processo de acirramento de tensão entre a associação que pleiteia acesso à terra e a Organização, com uma série de ocorrências envolvendo especialmente os associados (cerca de 25% dos moradores, representados por uma família remanescente de quilombo) e equipes da área de segurança patrimonial. Dentre as ocorrências no último período, destaca-se uma reunião entre a diretoria da associação e representantes das equipes de segurança patrimonial e social. Nessa reunião, na qual o procurador do Ministério Público Federal não conseguiu participar, se deu, por um lado a postura dos associados portando facões na cintura e, por outro, a presença da polícia militar ambiental, previamente acionada pela organização, mas que não efetuou flagrante ou ato de prisão por qualquer ocorrência. No dia posterior à reunião, o comitê interno que a organização estruturou para encaminhar o caso (composto pelas áreas social, patrimônio, relações institucionais, comunicação e recursos humanos) decidiu emitir boletim de ocorrência para registrar a situação ocorrida durante a reunião, apontada como “cárcere privado”, e abrir ação de interdito proibitório para evitar possíveis invasões nas áreas de manejo. A falta do conselho comunitário ou outro fórum de negociação que permita avaliar as demandas prioritárias da comunidade (como a cessão de área para plantio), a postura das equipes de segurança patrimonial no trato junto aos comunitários e os encaminhamentos dados pelo comitê interno da Organização para o caso são elementos que vêm dificultando a implementação de medidas de mitigação de impactos previstas na matriz de impactos regionais e contribuindo para o aumento da tensão entre as partes, aplicando-se o NCR #02/19 (Planilha “Matriz de Impactos Regionais R 2018; Procedimento documentado PPG.01.00111 – Critérios e Diretrizes para Solução de Conflitos de Natureza Fundiária, 10/08/2016; Relatórios de ocorrências em áreas de manejo próximas à comunidade, referentes a incêndios em pilhas de madeira; paralização de atividades de equipe de silvicultura - setembro e outubro 2018; Solicitação do Procurador da República de Teixeira de Freitas a representante da organização para comparecimento à reunião sobre “fatos de interesse da Comunidade Quilombola Volta Miúda”, 13/08/2018).

		O uniforme adotado (com apetrechos como colete e coldre) e a postura de abordagem e comunicação das equipes de segurança patrimonial podem provocar a percepção pelos moradores locais de que as equipes andam armadas nas rondas de áreas de manejo, aplicando-se sobre o tema a OBS #02/19.	
c)	Sim.	A organização orienta que os caminhões de transporte de madeira adotem velocidade de 20 km/hora em trechos da estrada que passam dentro de comunidades, mas não possui um sistema de monitoramento que comprove que a orientação esteja sendo implementada pelos motoristas, aplicando-se a OBS #03/19. Apesar da Organização definir metas e indicadores para verificar a efetividade de projetos sociais implementados, há um projeto que destina áreas para a coleta de resíduos a associações comunitárias no período pós colheita que permanece fora desse monitoramento, aplicando-se a OBS #04/19.	OBS #03/19 e OBS #04/19.
d)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
e)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
f)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
g)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
h)	Sim.	A organização apresentou PCMSO próprios e das EPS que atuam na organização, atualizado e válidos (PPRA PCMSO). Foi verificado por meio de entrevista com o responsável pela área de recurso humanos e por análise documental que a organização por meio de seu programa de qualidade de vida garante uma extensão de dois meses para o período de maternidade garantido por lei para as funcionárias. Além disso, as mulheres são acompanhadas pelo médico da organização e, se necessário, transferidas em funções que garanta sua integridade física.	N/A.
i)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
j)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
5.2			
a)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.
b)	Sim.	O documento (PPG.01.00236 - Gestão da Comunicação com as Comunidades do Entorno da Unidade Florestal por Meio do Livro Suzano em Campo) estabelece formatos de consulta a partes interessadas, registro de comentários recebidos, avaliação e aprovação de plano de ação, orçamento e cronograma para ações mitigadoras e/ou ações em resposta a demandas específicas. As demandas são sistematizadas em Registros de Solicitação.	N/A.

		Posteriormente são realizadas visitas e reuniões com comunitários e demais partes interessadas, para acompanhamento da execução dos planos de ação definidos (Atas de reuniões com comunidades).	
c)	Sim.	O documento (PPG.01.00236 - Gestão da Comunicação com as Comunidades do Entorno da Unidade Florestal por Meio do Livro Suzano em Campo) estabelece formatos de consulta a partes interessadas, registro de comentários recebidos, avaliação e aprovação de plano de ação, orçamento e cronograma para ações mitigadoras e/ou ações em resposta a demandas específicas. As demandas são sistematizadas em Registros de Solicitação. Posteriormente são realizadas visitas e reuniões com comunitários e demais partes interessadas, para acompanhamento da execução dos planos de ação definidos (Atas de reuniões com comunidades).	N/A.
d)	N/M.	Critério não monitorado.	N/A.